



TRABALHADORES EXIGEM AUMENTO DE 367%

Sindicatos contra a nova meta do salário mínimo

REMUNERAÇÃO. O tecto máximo de 50% avançado pelo Governo para o aumento do salário mínimo não foi negociado com os sindicatos. Representantes dos trabalhadores garantem que foram surpreendidos, uma vez que o Governo fez o anúncio, enquanto decorriam negociações e sem que tivesse havido qualquer acordo. Pág. 6

Francisco Jacinto, secretário-geral da CGSILA



José Laurindo, secretário-geral da UNTA-CS



ANÁLISE

Os potenciais futuros accionistas da Unitel

Págs. 10 e 11

STOCKS NACIONAIS ENCALHAM EM ARMAZÉNS

Importações para a REA deixam produtores de sal à beira de um ataque de nervos

CONSUMO. A soma do sal nos stocks dos produtores nacionais representa mais do que o dobro das necessidades actuais da Reserva Estratégica Alimentar. Mas os operadores asseguram que nunca foram ouvidos nem pelo Governo, nem pela empresa gestora da reserva. E temem que as autoridades estejam a importar sal, enquanto a produção angolana não sai dos armazéns. Há também queixas de produtores de milho. Págs. 4 e 5

NOS ÚLTIMOS 4 ANOS

Dívida com origem no Reino Unido dispara 324%

Pág. 7

DENÚNCIA DE TRABALHADORES

Laboratório de alimentos do Ministério da Agricultura coloca em risco saúde pública

Págs. 8 e 9



BATOTAS DE CAMPANHA

O apito soou agora oficialmente no Cuando-Cubango. A campanha eleitoral do MPLA, que, em certa medida, nunca parou, foi lançada na última semana com a apresentação da sua agenda política. Foi um lançamento com estrondo que visou, antes de mais, abalar a concorrência. João Lourenço usou o momento para, enquanto presidente do MPLA, comunicar o aumento do salário mínimo e o ajustamento dos ordenados da função pública. O anúncio posterior da fixação do aumento num limite máximo de 50% deve levar, entretanto, o trovão do Cuando-Cubango a fazer algum ricochete. Dizem os sindicalistas das associações mais expressivas que, na verdade, foram pegos de surpresa. Nas declarações prestadas ao *Valor Económico*, garantem que o Governo anunciou os aumentos sem fechar as negociações que conduzia com os sindicatos. É como se o Governo lhes tivesse feito uma ultrapassagem pela direita, como se diz por cá na gíria dos automobilistas. Ou, conforme slogan adoptado pelo próprio MPLA, os sindicatos 'só assustaram já está'. O problema para o poder é que os sindicalistas prometem dar luta e recusam peremptoriamente a oferta de 50%, quando têm na manga uma contraproposta acima dos 360%. Noutro movimento com sabor a

campanha, o Governo decidiu avançar com as compras para a Reserva Estratégica Alimentar, sem consultas prévias a operadores nacionais relevantes. Pelos menos é o que se fica a saber agora com revelações que este jornal traz neste número. Destacados produtores de sal, por exemplo, asseguram que a equipa de João Lourenço jamais se dignou ouvi-los sobre a matéria. Isto mesmo apesar de terem em stocks quantidades muito superiores às necessidades da primeira fase da Reserva Estratégica. Tão grave quanto isto, os produtores atestam que não sabem de qualquer plano do Governo quanto à alimentação da Reserva, muito menos lhes é dada informação sobre se efectivamente está a ser importado sal e em que quantidades. Embora com menos acutilância, reclamações parecidas ouvimo-las também de produtores de milho. Assim como no sal, declaram ter produção suficiente para cobrir parte significativa das necessidades da Reserva Estratégica.

Verdade ou não, até porque há uma desconfiança generalizada nas estatísticas oficiais e oficiosas sobre a produção nacional, o facto é que o Governo, mais uma vez, é acusado de não ouvir ninguém. Ou melhor, de ignorar com prepotência os produtores que alega defender, estando em causa um tema vital para a sobrevivência destes. Note-se que, só em Benguela, há um produtor que dá a cara e reclama ter armazenadas 50 mil toneladas de sal, praticamente o dobro das necessidades da Reserva Estratégica nesta fase.

Lançados também como trunfos de campanha eleitoral, o aumento do salário mínimo nacional e a alimentação da Reserva Estratégica têm, afinal, pontos comuns capazes de produzir uma bolha. Uma bolha que pode rebentar nas entranhas do MPLA por razões combinadas que bem o caracterizam e que é incapaz de as dissimular mesmo em tempo de campanha: a arrogância, a surdez, a opacidade e a manipulação.



FICHA TÉCNICA

Director-Geral: Evaristo Mulaza
Directora-Geral Adjunta: Geralda Embaló

Editor Executivo: César Silveira
Editora Executiva Adjunta: Isabel Dinis
Redacção: Edno Pimentel, Emídio Fernando, Guilherme Francisco, Júlio Gomes e Suely de Melo
Fotografia: Mário Mujetes (Editor) e Santos Samuesseca
Secretária de redacção: Rosa Ngola

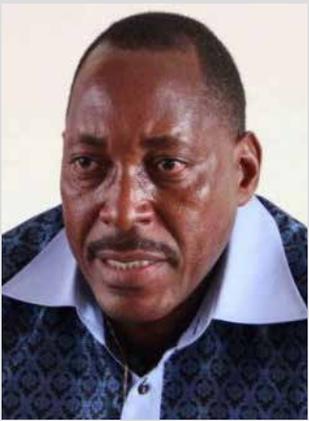
Paginação: Edvandro Malungo e João Vumbi
Revisores: Edno Pimentel, Evaristo Mulaza e Geralda Embaló
Colaboradores: Cândido Mendes, EY, Mário Paiva e Pedro Narciso
Propriedade e Distribuição: GEM Angola Global Media, Lda
Tiragem: 00 N.º de Registo do MCS: 765/B/15
GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA Administração: Geralda Embaló e Evaristo Mulaza
Assistente da Administração: Geovana Fernandes
Departamento Administrativo: Jessy Ferrão e Nelson Manuel

Departamento Comercial: Geovana Fernandes
Tel.: +244941784790-(1)-(2)
N.º de Contribuinte: 5401180721
N.º de registo estatístico: 92/82 de 18/10/82

Endereço: Avenida Hoji-Ya-Henda, 127, Marçal, Luanda-Angola;
222 320511 Fax: 222 320514
E-mail: administracao@gem.co.ao;
comercial@gem.co.ao

A semana

3 PERGUNTAS A...



JOSÉ LAURINDO,
secretário-geral da UNTA-CS

O Conselho de Ministros provou o aumento do salário mínimo nacional na ordem de 50%...

Sabíamos que o Governo seria capaz de fazer uma barbárie dessas, porque isso, para nós, soube a muito pouco. Parece uma medida que visa apenas objectivos eleitorais e não a melhoria contínua da qualidade de vida do trabalhador.

Qual seria o aumento ideal?

O movimento sindical fez parte de uma comissão tripartida e em nenhum momento essa proposta foi aceite. Tal como se procedeu com a discussão da Lei Geral do Trabalho, também era expectável que fosse promovida uma reunião do Conselho de Concertação Social para analisar e encontrar a melhor via. Então você está a negociar com alguém e, de repente, aprova unilateralmente uma proposta destas?

Foram apanhados em contramão?

O salário mínimo fixado em 2019 é de 21.494 kwanzas. Aumentando esse valor, em 50% significa que o trabalhador nesta condição receberá apenas cerca de 32 mil. Um valor irrisório que não chega para comprar uma cesta básica. O salário mínimo devia ser de 100 mil, numa discussão que iria apontar para o tecto de 180 mil kwanzas.

TERÇA - FEIRA

É apresentado um projecto agrícola para Angola, Namíbia e África do Sul, em Pretória, pelos responsáveis da AgriSkillsTransfer e do Gabinete de Investimentos da África do Sul à embaixadora de Angola naquele país, Filomena Delgado.

QUARTA - FEIRA

O Banco Nacional de Angola (BNA) suspende temporariamente as actividades de seis casas de câmbio e revoga as licenças de outras duas por incumprimento da Lei do Regime Geral das Instituições Financeiras.

QUINTA - FEIRA

Representante do Banco Mundial (BM) em Angola, Philippe Auffret, elogia o desempenho de Angola na execução do Projecto de Desenvolvimento Local e Programa de Protecção Social (Kwenda).

SEGUNDA-FEIRA

O Governo aprova, durante a primeira sessão ordinária do Conselho de Ministros, orientada pelo Presidente da República, o aumento de 50% do salário mínimo nacional.

SEXTA - FEIRA

Uma delegação angolana, chefiada pelo ministro da Indústria e Comércio, Victor Fernandes, participa da 8.ª Reunião do Conselho de Ministros da Zona de Comércio Livre Continental Africana (ZCLCA).

SÁBADO

O grupo técnico criado pelos ministérios responsáveis pelos hidrocarbonetos de Angola e República Democrática do Congo (RDC) reúne-se em Luanda, para analisar o estado da cooperação no domínio dos petróleos entre os dois países.

DOMINGO

O responsável Fundo Monetário Internacional (FMI) para África revela que a previsão de crescimento económico para Angola para este ano foi revista em alta, de 2,4% para 3%.



COTAÇÃO



PETRÓLEO SEGUE EM OSCILAÇÃO...

O petróleo oscilou na tarde desta terça-feira, a faltar um dia para a realização da reunião da OPEP+. O Brent, referência às exportações angolanas, seguia em alta de 0,50%, a negociar nos 89,71 dólares. Ao passo que o WTI seguia em alta de 0,43%, para os 88,53 dólares.



MINEIROS SOBEM...

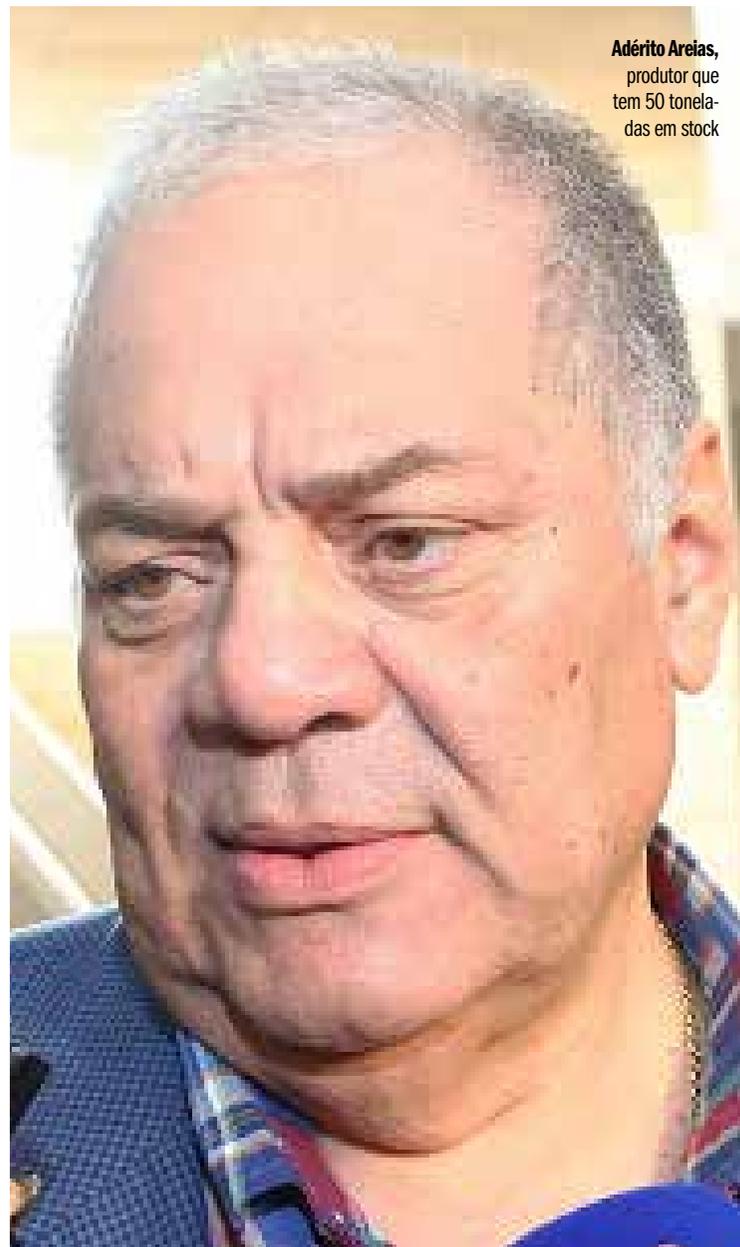
Os mineiros fecharam a terça-feira no positivo. O ouro negociou a 1.802,25 dólares por onça troy, ganhando 0,40% nas entregas de Abril. A prata negociou a 22,562 dólares por onça troy, com ganhos de 0,75% nas entregas de Março. E o cobre negociou as entregas de Março a 4,4307 dólares por libra-peso, registando ganhos de 2,46%.

Economia/Política

ALIMENTAÇÃO DA REA

Produtores de sal acusam Governo de importar, ao invés de comprar internamente

Adérito Areias, produtor que tem 50 toneladas em stock



COMÉRCIO. Produtores de sal garantem ter em ‘stock’ suficientes toneladas para cobrir as necessidades de consumo internas. Por isso, contestam a importação de sal e acusam o Governo de os negligenciar.

Por Isabel Dinis

Mais de um mês depois de a Reserva Estratégica Alimentar (REA) estar operacional, alguns produtores nacionais queixam-se de nunca terem sido contactados, nem pelo Governo,

nem pela entidade que gere a reserva, apesar de terem em ‘stock’ suficientes quantidades para cobrir as necessidades internas. Por isso, lamentam que o Governo esteja a importar quando há disponibilidade interna.

É o caso da Associação dos Produtores e Transportadores de Sal de Angola (Aprosal) que insiste nunca ter sido ouvida pelo Governo no âmbito da operacionalização da REA. “Nunca recebemos nenhum convite do Governo para saber a nossa posição em relação à REA. Não sabemos se será um ‘stock’ con-

tínuo ou de reposição. Se será em armazéns do Estado ou feito dentro das próprias salinas. Pode fazer-se uma reserva usando os próprios produtores sem custos adicionais para o Governo em deslocar o produto”, aponta Totas Garrido, presidente da Aprosal.

O líder associativo afirma que “sempre esteve à espera de ser contactado pelo Governo” desde que ouviu que o programa seria operacionalizado e insiste que não sabe dizer quase nada em relação à REA. “Se o Governo disser que precisa de comprar amanhã 50 mil toneladas, é claro que não há. Mas se

precisar até à estação das chuvas terá. É este diálogo que é importante”, salienta. Numa primeira fase, o Estado espera compor a Reserva com 27 mil toneladas de sal para consumo humano.

IMPORTAÇÃO DESANIMA

Além de se manifestarem “decepcionados” por não terem sido contactados, alguns produtores acusam o Governo de estar a importar o que já se produz. O empresário Fernando Solinho, por exemplo, responsável da salineira Sal do Sol, de Moçamedes, entende ser “complicado” e “stressante” ter o Governo a importar sal quando no país existe em ‘stock’.

O empresário explica que só a sua empresa tem capacidade de produção de seis mil toneladas/ano e actualmente tem mais de sete mil toneladas em ‘stock’.

O empresário rejeita a possibilidade de a eventual venda ao Governo provocar escassez no

Composição da REA (em toneladas) ‘stock’ permanente mínimo

Feijão.....	84.000
Fuba de milho.....	18.000
Farinha de trigo.....	67.000
Arroz.....	67.000
Açúcar.....	33.000
Frango.....	10.000
Fuba de mandioca.....	18.000
Massango.....	18.000
Óleo Alimentar.....	24.000
Peixe Seco.....	7.000
Sal iodado.....	27.000
Total.....	354.000

50

Mil toneladas, quantidade de sal que o empresário Adérito Areias tem em stock, quase o dobro da necessidade do governo para a Reserva Estratégica Alimentar.

NO ANO PASSADO, 95% dos produtos lubrificantes consumidos internamente foram produzidos no país, a importação cobriu 5% da necessidade do mercado.

Totas Garrido,
presidente
da Aprosál



Administração Geral Tributária (AGT) parecem dar razão aos produtores nacionais. Só em Novembro do ano passado, Angola importou quase 30 mil toneladas de sal. “Não é admissível”, contesta um dos produtores.

GOVERNO DESCONHECIA SAL PRODUZIDO

O presidente da comissão de gestão do Entrepósito Aduaneiro de Angola, Eduardo Machado, em entrevista recente à TV Zimbo, explicou que era uma “excelente notícia” o facto de os produtores terem mais de 50 mil toneladas de sal em ‘stock’ para alimentar a REA.

Eduardo Machado lembrou que era de responsabilidade da Gescesta negociar com os produtores essas quantidades e explicou que as 354 mil toneladas que vão compor a reserva, numa primeira fase, são ‘stocks’ permanentes mínimos, a partir dos quais se passaria a fazer a reposição. “A reserva pode constituir-se como um tomador deste sal iodado para efeitos de rotação”, declarou.

O Ministério da Indústria e Comércio, através do Gabinete de Comunicação e Imagem, não se mostrou disponível para responder ao *Valor Económico* sobre a razão pela qual nunca contactou a Aprosál e os restantes produtores nacionais. O jornal também questionou o Ministério sobre a importação para a REA de sal iodado, tendo em conta as quantidades de que o país dispõe, o que também não foi respondido, limitando-se a referir que tem feito “esclarecimentos pontuais à imprensa”.

A REA é um programa que visa garantir a intervenção directa do Estado no preço dos produtos alimentares essenciais da cesta básica, devendo aumentar progressivamente o ‘stock’. A Gescesta é a empresa escolhida pelo Ministério do Comércio para gerir o processo e pertence aos grupos Carrinho e Gemcorp, dois dos grupos citados, muitas vezes, como sendo os privilegiados do Governo de João Lourenço.

A Reserva arrancou a 21 de Dezembro, com 150 toneladas de produtos. Açúcar, arroz e caixas de coxa de frango foram os produtos iniciais. Numa primeira fase, a REA espera atingir 354 mil toneladas de 11 produtos.

de se ajudar a economia local é o Governo comprar o sal dos produtores nacionais. Se comprar localmente, vai potenciar os produtores”, desafia.

A voz dos produtores de sal não é a única a contestar as opções feitas na REA. Alguns produtores de milho também não entendem o facto de o Governo não fazer aquisição interna. Alfeu Vinevala, um dos jovens empresários que se tem destacado, explicou, num texto recente publicado no *Valor Económico*, como o país tem condições de fazer a reserva de milho e feijão apenas com a produção nacional. Alfeu Vinevala critica os governantes e diz que o país já produz muito milho e só não sabe porque “não se ouve a voz dos que produzem”. “Os produtores no Sul estão a produzir muito. O que estou a ver de produção, o país já deixou de fazer há muito tempo”, nota.

Os números publicados pela

mercado. “Não há esta hipótese, até porque os níveis de consumo de sal não são assim tão elevados e depois há produção suficiente para atender à demanda”, acrescenta.

O empresário Adérito Areias, um dos maiores produtores de sal do país, tem em ‘stock’ 50 mil toneladas. Refere que os empresários são obrigados a informar o Governo sobre o sal que produzem e que todas as empresas do sector “têm muito sal”.

O líder da Aprosál volta a sublinhar que o Governo “não tem necessidade de importar sal” para consumo humano para a REA, já que o país “produz sal suficiente” para abastecer a reserva. Totas Garrido avança que, só entre os associados, há mais de 20 mil toneladas em ‘stock’. Angola, de acordo com organizações internacionais, necessita, por ano, de 60 mil toneladas de sal para o consumo humano. “A melhor forma

Todas as terças-feiras Angola tem mais...



Assinaturas:

assinaturas@gem.co.ao
comercial@gem.co.ao



GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA

Contactos comerciais: 941 784 791 - 941 784 792

Rua Fernão Mendes Pinto, nº 35, Alvalade, Luanda - Angola

Economia/Política

EXIGEM AUMENTO DE 367%

Sindicatos acusam Governo de decidir aumento do salário mínimo unilateralmente



REMUNERAÇÃO. Sindicatos não concordam com o aumento do salário mínimo em 50% e sentem-se ‘enganados’ pelo Governo. Economista apela para continuação do diálogo com os sindicalistas e empresários e alerta para os efeitos da inflação.

Por Guilherme Francisco e Rita Fernando

Foi “com surpresa” que os diferentes sindicatos de trabalhadores tomaram conhecimento do aumento do salário mínimo até um máximo de 50%, aprovado em Conselho de Ministros.

José Laurindo, secretário-geral da União Nacional dos Trabalhadores Angolanos (Unta-CS), explica que decorriam conversações com a comissão técnica que nunca tiveram conclusões e unanimidade. O anúncio surgiu quando aguardavam a notificação para mais um encontro. “A ministra [do MAPTSS] não falou a verdade quando disse que há aceitação [dos movimentos dos trabalhadores]. Nós não concordámos com a proposta do grupo técnico, estamos à espera que nos convoquem para um conselho de

concertação”, denuncia.

A decisão é para a Central Geral de Sindicatos Independentes e Livres de Angola (CG-SILA) um “sinal claro de atentado à democracia e à actividade” dos diferentes movimentos que zelam pelos direitos dos trabalhadores. Francisco Jacinto, secretário-geral, queixa-se de não serem tidos nem ouvidos.

“Se somos democratas, é preciso que respeitemos as regras que regem a democracia. É uma atitude que se tomou unilateralmente sem ouvir os parceiros, parece-me existir

uma ideia de se negar o sindicalismo em Angola”, lamenta, sublinhando que o Governo teve uma “soberana oportunidade” de colocar a questão em reunião de concertação social, mas não o fez. “Tínhamos tempo para discutir esta questão, porque o Presidente não agendou esta questão e escondeu para, no sábado, a partir do Cuando-Cubango, anunciar que vai aumentar o salário mínimo e na função pública?”, questiona.

Os sindicatos exigem um aumento na ordem dos 367% face à actual conjuntura, sobretudo para dar resposta aos preços da cesta básica. Os 50% aprovados “não correspondem aos anseios e necessidades” dos trabalhadores. Com o valor, exemplifica Francisco Jacinto, paga-se um mês de energia eléctrica num agente privado em Cafunfo, Lunda-Norte. Na mesma linha, Admar Jinguma, secretário-geral

do Sindicato Nacional de Professores (Sinprof), nota que o salário “de tão ‘coxito’ (reduzido)” nem para se alimentar serve. “Este reajuste não corresponde a alguma coisa, os nossos salários nem chegam para comprar comida. Não nos revemos nesta medida do Executivo”, deixa claro.

O economista Alves da Rocha apela ao diálogo entre o Governo, sindicatos e empresários, chamando atenção para o critério de aferição, que tem que ver somente com o nível de inflação e deterioração do poder de compra. “É necessário que o Governo e o BNA, através das suas políticas, consigam controlar os preços. A taxa de inflação prevista no relatório de fundação é de 18%, é uma taxa elevada que consome muito do poder de compra de quem depende do salário para viver”, analisa.

Mais do que aumentar o salário mínimo, o economista entende que é imperioso aumentar a produtividade. Para tal, investir na qualificação profissional é fundamental, porquanto o valor da produtividade no país é extremamente baixo se comparado aos da SADC.

TRAJECTÓRIA DO SALÁRIO MÍNIMO NOS ÚLTIMOS ANOS

Em 2014, em 10 anos, o então Governo aumentou para 379% o salário mínimo. Variava entre os 15 e os 22 mil kwanzas, a depender do sector de actividade. Posteriormente, em 2017, subiu 10%, fixando-se entre 16.500 e 24.754. Em 2019, saltou 30%, estando nos 21.454 a 32.181. Agora, em 2022, depois de tantas lutas dos sindicatos, o Governo aprovou um aumento de 50%, o que implica que o salário estará entre os 32.181 e os 48.2715 kwanzas.

O FUNDO DE GARANTIA de Crédito (FGC) emitiu 155 garantias, com montantes de financiamento de 239 mil milhões de kwanzas, em cumprimento ao aviso 10/20 do Banco Nacional de Angola n.º 10/20.



DESDE 2017

Financiamento com origem no Reino Unido cresceu 324%

DÍVIDA PÚBLICA. Estados Unidos da América são os credores com segundo maior crescimento dos financiamentos, enquanto a quota da China recuou 11,1 pontos percentuais. Do Reino Unido destaca-se a Gemcorp.

Por César Silveira

Com uma variação de 323,6% o stock da dívida de Angola com o Reino Unido é o que mais cresceu no leque da dívida externa pública por países (incluído as organizações internacionais), passando de 3.247,2 para 13.045,3 mil milhões de dólares entre 2017 e 2021.

Na sequência, a quota do Reino

Unido entre os credores de Angola também é a que mais cresceu, 18,1 pontos percentuais ao sair de 7,4% para 25,5%. Em 2018, registou-se assim uma inversão na tendência de o Reino Unido perder mercado entre os credores de Angola, quando viu o stock cair de 10,921 para 3,247 mil milhões de dólares entre 2014 e 2017.

GEMCORP "RECUPERA" REINO UNIDO

Para o crescimento dos recursos provenientes do Reino Unido concorrem os financiamentos da Gem-

MEMORIZE

● O financiamento proveniente do Reino Unido registava tendência de redução desde 2014, caiu de 10,921 para 3,247 mil milhões, em 2017. Seguiu-se o crescimento até 2021: 13.045,3 mil milhões.

corp, fundo sediado naquele país europeu, mas cujos beneficiários finais têm sido objecto de especulação, tendo alguma imprensa já nomeado figuras do poder angolano. Segundo cálculos do *Valor Económico*, com base aos decretos presidenciais que aprovam financiamentos entre o Governo e as instituições financeiras, entre 2018 e 2021, a Gemcorp garantiu financiamentos de cerca de 2,4 mil milhões de dólares, enquanto outras instituições bancárias 585,805,642,78 dólares.

Ou seja, um total de 2.985.805.642,78 dólares que,

somados ao stock de 2017, fixaria o stock da dívida proveniente do Reino Unido em mais de 6,233 mil milhões de dólares. A diferença de cerca de 6,8 mil milhões de dólares, face ao stock de 13.045,3 mil milhões de dólares, estará associada aos juros e aos respectivos serviços da dívida.

Recentemente, ao abordar os financiamentos da Gemcorp (e também do Grupo Mitrelli), o Presidente João Lourenço salientou que estas instituições "trazem financiamento para o Estado em condições não gravosas".

A Gemcorp tem ainda um contrato com a Sonangol para o financiamento da construção da refinaria de Cabinda, cujo investimento global está avaliado em cerca de 700 milhões de dólares, 220 milhões dos quais na primeira fase. Mas João Lourenço garantiu que se trata de um projecto privado. "Não é um projecto público, o Estado angolano não vai pagar nada nos próximos anos à Gemcorp, esse projecto não constitui dívida pública."

CHINA PERDE TERRENO

Depois do Reino Unido, os Estados Unidos seguem-se como o credor, cujo financiamento mais cresceu, cerca de 123,9%, ao sair de 1,345 para 3,011 mil milhões de dólares, nos últimos quatro anos. Já a quota dos norte-americanos passou de 3% para 5,9%, ou seja, um crescimento de 2,9 pontos percentuais.

Na terceira posição entre os credores que mais cresceram surge as organizações internacionais com um crescimento de 77,9%, passando de cerca de 2,122 para 3,778 mil milhões de dólares.

Já a China, que continua a ser o maior credor de Angola, viu reduzido o crédito em cerca de 6,9%, passando de 23.206,9 para 21.602,1 milhões de dólares. A quota de financiamento da China reduziu 11,1 pontos percentuais, passando de 53,4% para 42,3%.

Em 2021, o stock da dívida pública de Angola está avaliada em mais de 51,040 mil milhões de dólares.

GOVERNO REJEITA ACUSAÇÕES

Trabalhadores denunciam falta de condições nas análises laboratoriais de alimentos

CONTROLO DE QUALIDADE. Trabalhadores dos laboratórios do Ministério da Agricultura contestam direcção e lançam um alerta: há um perigo para a saúde pública, porque há falta de reagentes, água e combustíveis e o transporte de amostras é feito de forma imprópria. Gestão nega.



Os desafios do SNCQA

O Serviço Nacional de Controlo de Qualidade de Alimentos é uma instituição criada em 2019. Tem como objectivo fiscalizar e coordenar todos os laboratórios do Ministério da Agricultura. A instituição afere a qualidade dos alimentos que provêm das importações e da produção nacional. Em coordenação existem quatro laboratórios.

Por Isabel Dinis

Trabalhadores do Serviço Nacional de Controlo de Qualidade dos Alimentos (SNCQA), órgão do Ministério da Agricultura e Pescas, denunciam o que chamam de um “péssimo” funcionamento dos laboratórios afectos à instituição. Os problemas vão desde as faltas constantes de reagentes nas análises laboratoriais até à falta de água e de combustíveis, que põem em causa os proces-

sos analíticos, e a saúde pública. A direcção da instituição refuta as acusações.

O SNCQA é composto por quatro laboratórios, localizados em Luanda, Cabinda, Cunene e Benguela.

Desde que foi constituído o organismo de controlo de alimentos em 2019, este passou a congrega todos os laboratórios de análises de alimentos públicos.

Anteriormente, os laboratórios estavam sob gestão privada. Os de Luanda e de Cabinda eram geridos por um grupo privado espanhol desde 2014. O contrato terminou em 2017. Em relação aos de Benguela e Cunene, o contrato da ges-

tão privada terminou em meados do ano passado. A antiga gestão de Luanda e Cabinda dava aos trabalhadores subsídios e alimentação. Esses benefícios foram retirados pela actual direcção, coordenada por Isabel Capitão Miguel.

Os trabalhadores contestam a decisão com o argumento de que, “sem essas condições, o trabalho é precário” e reclamam que “os salários da função pública são miseráveis”. “A primeira coisa que a nova gestão fez foi baixar os salários dos funcionários. Também havia um subsídio que foi retirado e a alimentação”, explica uma fonte ao Valor Económico.

Os trabalhadores defendem que, mesmo que a actual gestão não pudesse manter os subsídios dados pela antiga gestão, com os valores que eram praticados, “ao menos” tentasse negociar para se chegar a um entendimento. “Os técnicos da recolha ficam muito tempo nos laboratórios. Enquanto não terminam as análises, não podem sair. Tudo a que tinham direito era incentivo e um meio de sobrevivência”, explica.

Em declarações ao Valor Económico, a directora-geral do Serviço Nacional de Controlo de Qualidade dos Alimentos justifica a dispensa, lembrando que a maioria dos técni-

cos do SNCQA eram contratados e tinham cláusulas de rescisão. Isabel Capitão Miguel admite ter dispensado técnicos, mas não quis adiantar as razões. Apenas salientou que um deles estava fora do país sem informar a instituição. “Estamos a ser justos ou a brincar com o serviço? Usamos decretos”, afirma. Seis técnicos foram afectados.

A retirada de subsídios e da alimentação é justificada com a “reorganização da instituição” e o facto de não poder beneficiar a todos. “Com as receitas, não dá para o fazer para todos os laboratórios. Não podemos dar a uns e a outros não. Antes, a empresa privada tinha apenas dois laboratórios”, defende-se.

Isabel Capitão Miguel garante que até entende “algum descontentamento” e que gostaria que todos os funcionários entrassem na função pública, mas que isso não é da sua competência. “Tem de ser feito um concurso público”, nota, salientando o facto de, durante a sua vigência, os mais de 100 trabalhadores passarem a estar inscritos na segurança social. “Tentamos organizar o máximo.”

EQUIPAMENTOS PARADOS
As queixas chegaram aos ouvidos

O MINISTRO DAS OBRAS Públicas e Ordenamento do Território, Manuel Tavares, disse nesta terça-feira, que a conclusão do enquadramento financeiro e a efectivação de uma linha de financiamento condiciona o início das obras da Marginal da Corimba.

do ministro da Agricultura. Francisco de Assis chegou a reunir-se com os funcionários, sendo que a retirada dos subsídios também foi tema de conversa.

Perante este quadro, alguns técnicos solicitaram a demissão e outros rescindiram os contratos.

Com a redução de pessoal, os equipamentos de última geração, denominados Vida, Mini Vida e Tempo, ficam normalmente “muito tempo parados por falta de reagentes e são atirados ao pó”, alerta um dos funcionários.

Os equipamentos Vida e Mini Vida têm alto desempenho na detecção de patógenos nos alimentos como salmonela, listeria ‘monocytogenes’, entre outros. Já o Tempo é utilizado na contagem automática de microrganismos indicadores de qualidade nos alimentos. “Os reagentes já não são comprados como antes. Chegam apenas pequenas quantidades e quando os ‘kits’ terminam ficam sem trabalhar”, revelam funcionários.

O Ministério da Agricultura nega que os equipamentos Vida, Mini Vida e Tempo estejam parados e a apanhar pó. Isabel Capitão Miguel afirma que sempre funcionaram e, se estiveram parados, foi “por pouco tempo”.

Isabel Capitão Miguel admite, no entanto, que tem recebido reclamações por causa da demora na entrega dos boletins de análises por parte de alguns clientes, principalmente em Luanda, que é a que tem maior procura e analisa normalmente 150 a 160 amostras por dia. Nos outros laboratórios, “as falhas são técnicas e têm que ver com o ‘software’. Para esses casos, endereçamos uma carta à Administração Tributária (AGT) em nome dos clientes para salvaguardar que não tenham multas.”

MINISTÉRIO REFUTA ACUSAÇÕES

A falta de reagentes acaba por “estrangular” o trabalho por causa do elevado nível de importações de produtos alimentares em Angola. Os comerciantes não vêem os produtos passarem por análises laboratoriais, que devem ser certas e com tempo determinado, como estabelecem as regras. Estes equipamentos possibilitam chegar a resultados em muito pouco tempo, com fiabilidade e credibilidade. Os aparelhos permitem também obter resultados validados. Ao contrário, por exemplo, uma análise de salmonela a um



Isabel Capitão Miguel,
directora-geral do
Serviço Nacional de
Controlo de Qualidade
de Alimentos

produto alimentar, pelo método convencional, demora a chegar a um resultado entre cinco e sete dias. O equipamento Vida conclui em até 24 horas.

Isabel Capitão Miguel nega a falta de reagentes, combustível e água destilada e garante haver ‘stocks’ de reagentes e que algumas províncias vão ser abastecidas nos próximos dias para reforçar o que já existe.

A responsável admite enfrentar, “como todas as instituições públicas, “algumas dificuldades”, mas que não passam pela falta de reagentes, água e combustíveis. Isabel Capitão Miguel assegura, por exemplo, ter pedido a todos os laboratórios

que mandassem fotos dos ‘stocks’ dos reagentes, água e combustível e, pelo que viu, “há ainda nas instituições esses produtos em todos os laboratórios”.

RECEITAS INSUFICIENTES

Além da perda de qualidade dos laboratórios, a gestão das receitas também é outra das preocupações dirigidas à direcção do SNCQA. Durante a gestão privada, os laboratórios funcionaram com receitas próprias e hoje os trabalhadores se questionam sobre as dificuldades.

A instituição passou a ser orçamentada e as receitas são transferidas para a Conta Única do Tesouro

(CUT). 60% das receitas são para a instituição e os restantes 40% para o Estado.

Para se evitar que depois da criação da instituição os laboratórios tivessem dificuldades, tal como acontece com outros laboratórios de outros ministérios, foi criado um instrumento para que as receitas passassem apenas a ser direccionadas para os laboratórios. “Esse instrumento não está a ser aplicado”, garante um dos trabalhadores que não tem dúvidas de que isso “estrangula os laboratórios que têm análises todos os dias para realizar”. Por isso, lembra que “os laboratórios não devem viver só das cotações do OGE e que 60%

das receitas deviam estar disponíveis para o próprio serviço fazer a gestão. Quando se esperam ordens de saque, as coisas não funcionam como deve ser. Há serviços que devem ser pagos logo, para que as coisas funcionem”.

TRANSPORTE EM CONDIÇÕES IMPRÓPRIAS

O transporte de mercadorias sem condições técnicas é outra das ‘dores de cabeça’ que incomodam os funcionários. Alertam que “quase todos os laboratórios estão com falta de transporte”. O laboratório de Luanda é aquele que mais amostras realiza e precisa de mudar a frota. “Há técnicos a recolherem as amostras em viaturas próprias. Segundo as normas, isso é errado e impacta no resultado final das amostras”, denunciam.

A situação não é nova. Já houve relatos a denunciar que eram os próprios importadores a levar as amostras aos laboratórios, principalmente aos de Luanda.

A frota também precisa de mudar, principalmente em Luanda, defendem os trabalhadores. “Alguns destes carros, que já vêm da antiga gestão, precisam de manutenção constantemente e, para isso, é necessário dinheiro semanal para essas despesas. Os valores do OGE são irrisórios. Não são suficientes. Há reagentes que custam cerca de dois a quatro milhões de kwanzas. São esses valores que o OGE disponibiliza aos laboratórios para o mês todo. Tudo o que é usado nos laboratórios não é produzido em Angola. A única coisa que se usa que é produzido no nosso país é a água e o gás.”

A directora-geral admite haver problemas nos transportes e diz que a instituição precisa de, pelo menos, seis carros novos para o transporte de amostras.

Isabel Capitão Miguel afirma desconhecer que as amostras sejam recolhidas pelos técnicos em condições impróprias. “Não tenho informação de forma oficial. Se ouvi foi um ‘zum-zum’”. Admitiu, apesar disso, que no laboratório de Santa Clara as amostras sejam recolhidas em caixas térmicas e não em carros destinados à recolha. “Ainda não há viaturas para o transporte de amostra. O cliente tem de chegar ao laboratório. Uma coisa é o transporte frigorífico e outra é o transporte que usa caixas térmicas. Há laboratórios que usam caixas térmicas. As caixas térmicas são para manter a temperatura”, justifica.

Mercados & Negócios



CENÁRIOS DE PRIVATIZAÇÃO

Os potenciais futuros accionistas da Unitel

TELEFONIA. Contrariamente ao que estava previsto, no âmbito do Programa de Privatizações, Estado reforça posição na operadora móvel, mas com a privatização à vista.

Por César Silveira

Depois da apreensão dos 25% da Geni, de Leopoldino de Nascimento, na Unitel, o Estado passou a deter, praticamente, a totalidade da operadora móvel, enquanto durar o processo na justiça contra Isabel dos Santos, que tem os seus 25% arrestados desde 2019 e a aguardar pelo desfecho do processo.

Este quadro contraria, entretanto, o que estava previsto com o

Programa de Privatização dos Activos do Estado (Propiv), que determinava a venda da participação dos 25% que o Estado detinha até então de forma indireta por intermédio da Sonangol.

A saída da Sonangol da estrutura accionista da Unitel era justificada com a necessidade de a petrolífera se focar nos negócios nucleares, ou seja, na actividade petrolífera. Entretanto, reforçou a sua posição para 50% com a aquisição da PT Ventures.

Perante a presença quase única do Estado e a necessidade de alienação de pelo menos 50%, a questão que se coloca é quem são os potenciais futuros accionistas da operadora móvel.

O Valor Económico, baseado no histórico das movimentações no mercado, seleccionou alguns dos potenciais contemplados. São os casos da Angorascom, a MTN, a inglesa Vodafone ou a Africell.

De origem egípcia, a Angorascom, com autorização do Presidente da República, assinou, em 2019, um acordo com a Angola Telecom para a subconcessão do serviço móvel da exploração do Título Global Unificado, da empresa pública. No entanto, em Julho de 2020, a Angola Telecom anunciou a desistência do acordo "por não terem sido cumpridos os pressupostos técnicos legais na altura".

A decisão foi antecedida de informações dando conta que a Africell,

que vencera o concurso público para ser a quarta operadora móvel, condicionava o início das operações com a rescisão do contrato entre a Telecom e a Angorascom com argumento de que o referido contrato careceu de um concurso público.

A gigante sul-africana MTN, por sua vez, candidatou-se no primeiro concurso público para a quarta operadora móvel, realizado em 2018. Terão desistido alegando que o processo estava "viciado". A vencedora, anunciada a 4 de Abril de 2019, foi a então desconhecida Telstar, provocando contestação na sociedade. Catorze dias depois, o Presidente João Lourenço anulou o concurso com a justificação de que

a empresa, entre outras falhas, não apresentara o "balanço e demonstrações de resultados e declaração sobre o volume global de negócios relativo aos últimos três anos", como impunha o concurso.

Foi lançado um segundo concurso público, cujo vencedor foi a Africell, que deu início às operações em Dezembro. E, desta feita, consta da lista de potenciais futuros accionistas da maior operadora móvel do país. Uma eventual aquisição da Unitel poderia servir para a Africell consolidar a sua posição no mercado angolano.

Por sua vez, a gigante inglesa Vodafone está presente em Angola desde Março de 2019 como resul-

A ENSA - Seguros de Angola será privatizada até ao final do mês de Fevereiro, segundo o Presidente do Conselho de Administração IGAPE, Patrício Vilar.



tado de um acordo de parceria estratégica com a Movitel que visava, entre outros aspectos, melhorar os serviços do roaming, as ligações internacionais, a cobertura nacional e, de um modo geral, a estabilização da rede da Movitel. Porém, na ocasião, o representante da Vodafone para África, Vik Patel, garantiu que “a Vodafone não apresentou qualquer pedido de licença”, salientando que “o acordo é para apoiar a Movitel na caminhada da transformação, para se tornar o segundo maior operador”. A parceria entre a Movitel e a gigante empresa inglesa leva ainda a considerar a possibilidade de as duas operadoras concorrerem com uma joint-venture.

Em África, a empresa está presente em oito países, nomeadamente, Egípto, Gana, África do Sul, Quênia, República Democrática do Congo, Tanzânia, Moçambique, Lesoto e Nigéria. Outro potencial candidato é a chinesa Yang Yimei, Lda, que participou do concurso público que tinha sido vencido pela Telstar.

E OS OUTSIDERS...

Os processos de alienação em curso no país já deram provas da existência de margem para o surgimento de vencedores ‘outsiders’ mesmo quando o concurso está, inicialmente, previsto para operadores do sector em causa. Isto significa que, além das empresas com algum histórico no sector das telecomunicações

MEMORIZE

- **Contrariando** o plano de alienar os 25% que detinha na operadora móvel por ser um investimento “não nuclear”, a Sonangol reforçou a sua posição para 50% com a aquisição da participação da brasileira Oi. Mas mantém a promessa de sair da estrutura accionista da Unitel. O Estado tem o controlo dos outros 50%, mas 25% em processo judicial ainda.

e/ou em concursos públicos do sector, existem outsiders com potencial para surpreenderem o mercado. É o caso do Grupo Carrinho que, recentemente, entrou no mercado financeiro bancário, ao vencer o concurso público para a aquisição da totalidade do BCI por 29,3 milhões de dólares. O grupo, com raízes nos sectores da distribuição e industrial alimentar, tem sido destacado por sair vencedor em outros concursos públicos como foi o que lhe atribuiu a gestão da Reserva Estratégica Alimentar. Esta semana foi ainda anunciada como vencedora do concurso público para a aquisição de quatro Complexos de Silos, dos cinco que foram à privatização.

Com raízes na construção, a Omatapalo é o outro grupo com perfil para causar ‘surpresas’. A empresa, que tem sido a eleita do Governo para a adjudicação de empreitadas sem concurso público, foi uma das vencedoras do concurso para a gestão de algumas unidades hoteleiras do Infotur. Por último, a Gemcorp e Mitrelli são dois nomes que também devem ser considerados. Os dois vão-se destacando como financiadores do Governo, tendo já garantido cerca de 11 mil milhões de dólares desde 2017.

PREOCUPAÇÃO DOS TRABALHADORES

A viabilidade de continuarem ligados à Unitel tem sido tema de conversa de diversos trabalhadores da operadora na sequência da apreensão, pela PGR, dos 25% de Leopoldino do Nascimento na operadora que coloca o Estado como accionista único, enquanto durar o processo de arresto das participações de Isabel dos Santos.

Segundo apurou o Valor Económico, muitos quadros têm estado a inteirar-se das condições oferecidas pela Africell por acreditarem que a estabilidade da Unitel se encontra alegadamente ameaçada. Em causa está o histórico de resultados negativos das empresas públicas.

Em Julho de 2020, a Africell foi anunciada como a vencedora do concurso público para se tornar a quarta operadora de telecomunicações em Angola. E está a recrutar os futuros quadros.

No entanto, um membro da administração da operadora manifesta-se confiante em relação à manutenção dos quadros, salientando que “as condições oferecidas pela Unitel são o garante da permanência da força de trabalho”.

“A Africell tem muito caminho a trilhar para garantir sustentabilidade aos colaboradores e a sua permanência no mercado das telecomunicações”, sublinhou.

O Estado começou a reforçar a sua posição na operadora de telefonia móvel em Janeiro de 2020 com o reforço da posição da Sonangol. A petrolífera adquiriu, à brasileira Oi, da PT Ventures, detentora de 25%, pagando cerca de 1.000 milhões de dólares. A Sonangol passou a deter 50%, contrariando o plano de venda dos 25% que detinha na operadora no âmbito do programa de privatização. Nesta altura, Isabel dos Santos já tinha os seus 25% arrestados desde Dezembro de 2019.

EM 4 ANOS

Número de subscritores de TV por satélite queda 16%

As operadoras de televisão por satélite a operar no país perderam, do princípio de 2018 ao final de 2021, cerca de 308 mil de subscritores, correspondendo a uma redução de 16,7%, indicam dados do Instituto Angolano das Comunicações (Inacom).

No período, 2018 foi o ano em que se verificou maior adesão dos subscritores, quando os números rondavam os 1,838 milhões de subscritores. Nos anos subsequentes, o gráfico foi registando reduções significativas. Em 2019, por exemplo, a quebra foi 2,5%, para os 1,791 milhões de subscritores.

De acordo com Inacom, 2020 foi o ano em que se registou menor redução, com perdas de 1,4%, ou seja, 27 mil subscritores. Já no final de Dezembro de 2021, o recuo foi de 16,7%, quando cerca de 308 mil deixaram de aderir aos serviços. Até ao momento, o país conta com 110 mil subscritores de televisão a cabo e 1,530 milhões de subscritores de televisão por satélite.



LOGÍSTICA

DP World quer triplicar eficiência do Porto de Luanda

O Governo e a DP World assinaram, nesta terça-feira, em Luanda, um acordo que visa desenvolver o sector logístico, do comércio internacional e transfronteiriço. O documento foi rubricado pelo director nacional para as Concessões Económicas, Eugénio de Lima Fernandes, e, pela DP World, pelo CEO para as regiões de África e Médio Oriente, Suhail Al Banna.

Para a DP World, a assinatura abre caminho para que as partes envolvidas iniciem reuniões oficiais de trabalho, visando a optimização da cooperação em áreas como portos e terminais, zonas económicas especiais, parques logísticos, facilitação do comércio transfronteiriço, financiamento do comércio e serviços marítimos, bem como o apoio logístico noutros sectores de actividade.

Na ocasião, o ministro dos Transportes, Ricardo Viegas d’Abreu, qualificou a DP World como “um parceiro estratégico para o sector dos transportes e da logística em Angola”.

O Sultão Ahmed Bin Sulayem, presidente do grupo DP World, reconheceu no Terminal Multiusos do Porto de Luanda a existência de diversas oportunidades de melhoria e de criação de infra-estruturas logísticas e de comércio integradas.

Entrevista

VICENTE SOARES, PRESIDENTE DA CÂMARA DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE ANGOLA

“O ambiente de negócios pode ser bom hoje e amanhã não”

Focando-se na agricultura, líder da Câmara de Comércio e Indústria de Angola (CCIA) diz que “não vale a pena mentir”, porque “não é possível” inverter o marasmo actual em que se encontra mergulhada a produção nacional sem hipóteses de competir com países da região. Aponta, entretanto, saídas entre as quais o investimento em infra-estruturas.

Por Júlio Gomes

A

CCIA tem passado despercebida, ou seja, com uma agenda quase invisível. Onde está o problema?

Não era muito visível, mas hoje é. Basta dizer que, durante a pandemia, foi das associações que mais apareceu realizando actividades.

Que actividades?

Várias. Fizemos formação sobre a identificação de mercados para a exportação de produtos nacionais e também a identificação de mercados com produtos mais competitivos; fizemos conferências sobre agro-indústria com a participação de várias entidades nacionais. Além de conferências internacionais, temos estado a cuidar, em colaboração com outras associações, principalmente, a AIBA, do processo de criação do código de barras nacional e brevemente teremos o lançamento de um estudo realizado com o apoio da Organização Internacional do Trabalho sobre o mercado informal.

Em certa medida, o vosso trabalho toca na problemática da criação da competitividade. É um desafio alcançável para as empresas?

A economia angolana não consegue ser competitiva?

Não consegue ser competitiva não é bem o termo. A competitividade é relativa. Se estiver a competir com um parceiro fraco, não posso ser competitivo; se aparecer um mais forte, posso ser competitivo, mas não ao nível do meu parceiro. Aqui na região, em termos de competitividade, temos um gigante, a África do Sul.

Que está muito além de Angola, neste particular...

Não estamos em condições de ombrear com os sul-africanos. A competitividade resulta de acções prévias. Você pode tornar-se competitivo, quando conseguir aumentar a produção e a produtividade. E isso consegue-se quer preparando os recursos humanos, quer tendo matéria-prima e meios de trabalho de qualidade.

É exactamente isso o que falta à economia nacional?

Temos de voltar à qualidade. Quer dizer, o que se produz tem de ter qualidade para ser preferido pelo consumidor. Isso leva tempo.

Quanto tempo?

Durante todo o período de guerra, fechámos quase tudo. Recordo que, na zona industrial de Viana, em Cacucaco, ou no Huambo, tudo fechou ou ficou destruído. Como é que se pode ter recursos huma-

Não estamos em condições de ombrear com os sul-africanos. A competitividade resulta de acções prévias.

nos com qualidade e experiência se essas indústrias estão encerradas ou desapareceram? Note que, quando falo, faço-o com experiência porque já trabalhei no tempo colonial e vi quando a produção teve o seu pico. Acompanhei o desmoronamento de todo o tecido produtivo e agora estou a ver o levantamento do sector produtivo do país.

Neste tempo, o que deve ser feito, em concreto?

O objectivo das associações empresariais e das empresas é ganhar essa capacidade produtiva e competitiva.

Mas como fazê-lo no actual contexto económico?

Neste momento, está mais difícil por razões objectivas. Temos de ser realistas. A situação económica do país não é boa porque nos tornámos dependentes do petróleo, um bocadinho dos diamantes e muito pouco do sector produtivo não ligado aos

minerais. Hoje, enquanto se procuravam alternativas para a diversificação da economia, surgiu a pandemia e as coisas pioraram.

Ficando assim também comprometida a diversificação económica...

O factor limitativo mais visível neste momento é a pandemia. Isso reduziu ainda mais a receita das empresas, o que limita a diversificação. Continua a haver atenção para o sector primário a agricultura e a pecuária por parte de todos os interessados, e começam a surgir iniciativas e novos projectos, mas não conseguem ter a dinâmica necessária para inverter o quadro. Portanto, a diversificação vai-se fazendo de alguma forma. Temos de estender a perna à medida do lençol e é o que temos de fazer agora.

O Presidente João Lourenço disse que já havia uma significativa produção interna mas, de seguida, autorizou a importação de milho para a Reserva Estratégica Alimentar. Não é um contra-senso?

Não. A reserva tem objectivos definidos. Não é uma importação para criar novas empresas que vão fazer distribuição, mas para equilibrar os preços no mercado.

Não há milho nacional que possa ser comprado pela REA e, desta forma mitigar as importações?

É o que se está a fazer. Se há um programa que pessoalmente acompa-

nho é o Prodesi, porque o Ministério da Economia e Planeamento (MEP) tem o cuidado de fazer balanços periódicos e até diários. Em função disso, há informação da produção do país e a identificação dos produtores que tenham algumas quantidades para serem comercializadas. E o ministério solicita os contactos destes produtores. Quer dizer que a procura desta produção local se mantém, embora ainda não satisfaça a procura interna em termos de consumo. Daí a importação para acrescentar à produção nacional.

Mas há quem diga que o Prodesi não devia ser executado pelos ministérios...

É uma questão que tinha de ser discutida. Considero que nós temos um processo de diálogo público-privado bastante fluido, mas precisa de ser melhorado em algumas questões. A forma como se está a levar o Prodesi eventualmente haverá razões para esta interpretação. Resta saber também qual é a capacidade que o sector privado tem para levar a cabo um projecto desta envergadura. É uma questão que deve ser discutida.

Como define o desempenho do empresário nacional que chegou a ser criticado por João Lourenço por incapacidade de aceder ao crédito de um banco estrangeiro?

O problema não é definir apenas se o empresário tem ou não capacidade. É preciso analisar quais os requisi-

“ Às vezes cometemos o erro de traçar os horizontes, fechando os olhos e, quando abrimos, achamos que em 10 ou 15 anos é possível uma viragem. ”

tos para se aceder a estas linhas de crédito. Estamos a falar da capacidade de aceder ao crédito bancário. Esse foi sempre o problema.

Porquê?

O dinheiro que o banco empresta não é seu é dos clientes. E o banco precisa de conferir se o empréstimo terá retorno para minimizar o risco. É um problema contínuo. Você empresta dinheiro a alguém que não é seu, tem de informar ao dono que quem recebeu o valor tem capacidade de o dar de volta. Portanto, a credibilidade do empresário dono do projecto, as garantias de cobertura da dívida e a situação da legalidade da empresa são aspectos que o nosso empresário, em grande medida, não tem. O capital de entrada no projecto também é outra maka, porque não o tem. Estas condições todas levam algum tempo para que as empresas tenham robustez. Aliás, em Angola temos empresários há quanto tempo? O país já tinha empresários desde o tempo colonial, mas que empresário temos agora? A maioria foi-se embora.

E os que cá ficaram são incompetentes, é isso?

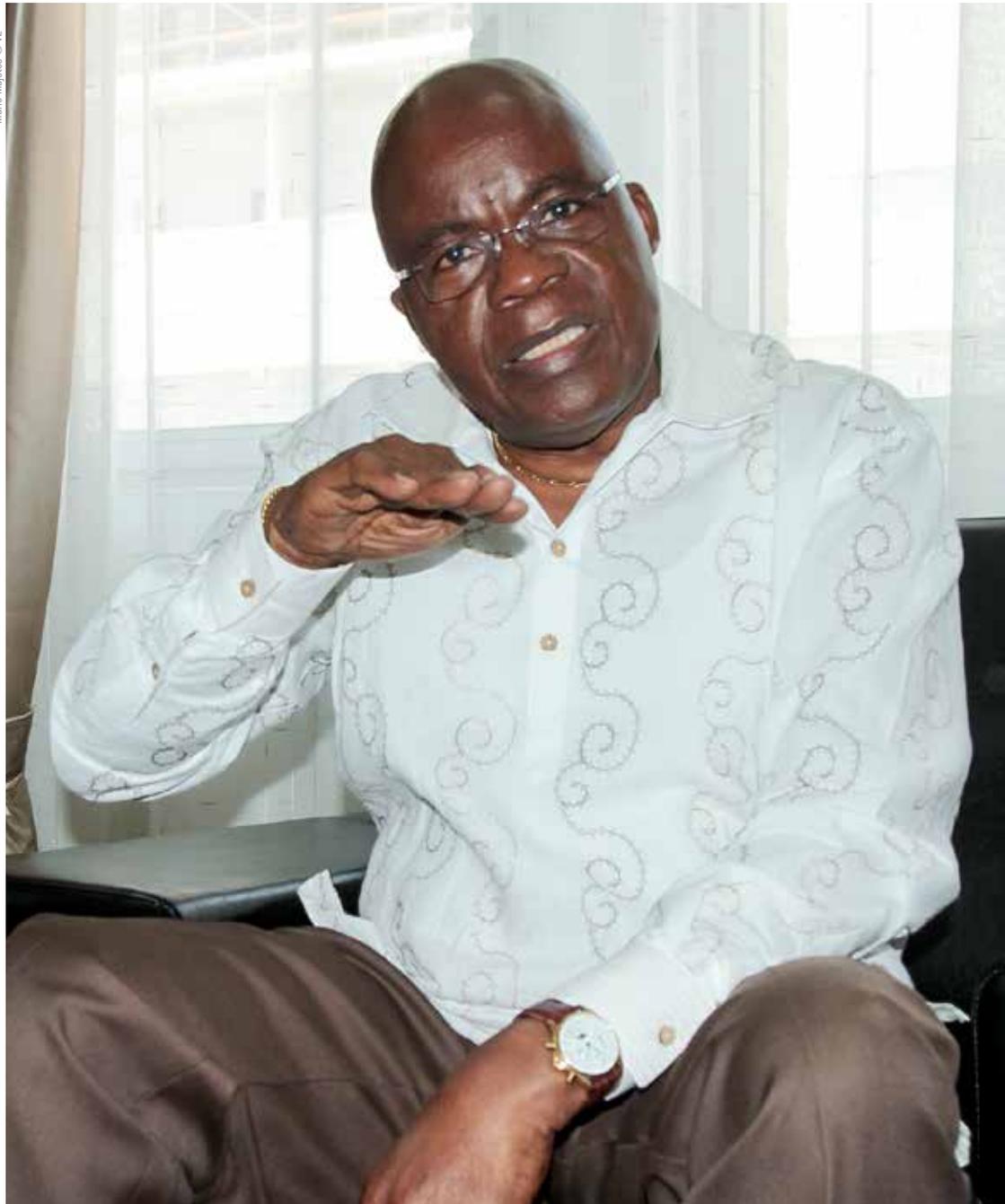
O problema de acesso ao crédito é mundial. Por isso é que, para aqueles que começam agora, a via para arrancarem não é a banca, mas o capital de risco, que provém dos chamados ‘anjos’, que têm dinheiro e procuram projectos bons para aplicar.

Como conseguir esses investidores?

É um trabalho que tem que ver com a criação de condições, um ambiente de negócios favorável. Geralmente investem em projectos que têm retorno rápido. Chega ao país, identifica projectos, monta a estratégia, faz concurso, ouve pessoalmente, manda fazer uma demonstração e acompanha ou manda acompanhar através de uma equipa de gestão e, sobretudo, avalia o ambiente de negócios, retira o seu dinheiro e você continua o negócio.

Existe esse ambiente de negócios aqui para atrair esses ‘anjos’?

O ambiente de negócios pode ser bom hoje e amanhã já não ser. Isso é como na indústria petrolífera, em que, bastou um presidente ameaçar o outro, o preço do petróleo sobe ou desce bruscamente. O ambiente de negócios também se comporta da mesma forma, é variável. O que se tem feito é tentar melhorar os vários aspectos que têm que ver com o ambiente de negócios para



que o investidor se sinta atraído a colocar aqui o seu dinheiro, em vez de avançar para outro país, e isso passa pela limitação da burocracia e da xenofobia. Se o investidor chega ao país e é ameaçado a todo o momento, não há paz e o papel dos sindicatos na monitorização das greves é quase nulo, o investidor foge.

No caso de Angola...

Neste momento, digamos que as condições objectivas são gerais, de todo o mundo. Todos os países que produzem petróleo estão em crise.

Se as startups têm de esperar pelos ‘anjos’, onde coloca o papel dos bancos comerciais?

Os ‘anjos’ não são para o crescimento das empresas. São mais para startups, para fomentar empresas. As novas empresas que estão a arrancar agora não têm histórico que permita à banca fazer análise

Perfil

Gestor público e privado

Nascido na Quiçama, em 1967, aos 12 anos, mudou-se para Luanda para prosseguir os estudos. Em 2008, formou-se em Engenharia Química na Faculdade de Engenharia da Universidade Agostinho Neto. Foi militar da Força Aérea, e funcionário da Direcção de Operações Internacionais do BNA. Em 2001, entrou na Vinul, onde chegou a director, e dirigiu ainda a Covip, também do grupo Vininorte, e que detém também a Sovinca, em Cabinda. Pós-graduado em gestão bancária, foi por três anos administrador da Quiçama até Junho de 2019, antes de assumir a liderança da câmara.

de que o risco de emprestar é baixo. Em contrapartida, as empresas que têm histórico no mercado podem ir à banca. Aqui há várias formas: ou empréstimos bancários ou ainda, no caso de sociedades anónimas, por exemplo, podem ter acesso a empréstimos ou a financiamentos por via da bolsa de valores. Estou a falar de empresas com um bom nível de organização e contabilidade em dia.

Falemos da agricultura. Como dinamizá-la?

Não vale a pena mentir! Estamos a falar de um sector da economia real! Ninguém vai conseguir, de um momento para outro, transformar o potencial que o país tem em produtos. Isso não é possível!

Porquê?

Duas questões prévias: não posso pegar num jovem e torná-lo, de um dia para outro, num jornalista.

Já imaginou transformar esse país a produzir o suficiente para abastecer o mercado interno? Vai levar anos! Aliás, quando estamos a falar na agricultura de 1973 que foi mais ou menos o ‘boom’ do sector agrícola, isso levou anos a criar pelos angolanos e portugueses que cá estiveram. Foi necessário formar pessoas e condições materiais para essa empreitada.

E qual é o horizonte previsto para se acabar com a grande dependência das importações?

Às vezes cometemos o erro de traçar os horizontes, fechando os olhos e, quando abrimos, achamos que em 10 ou 15 anos é possível uma viragem. É preciso um estudo macro que tem de ser feito pelas universidades, e o próprio MEP, porque estudos isolados não servem para estimar a viragem do quadro que deve mudar no sentido positivo. Temos de falar com base em dados fiáveis. Mas, para aumentar a produção, são necessárias infra-estruturas, como estradas, transporte para escoar os produtos do campo para os locais de consumo, e a distribuição ou a logística, bem montadas.

O que lhe parece o projecto de uma nova divisão administrativa do país? É por aí que se corrigem as assimetrias?

A questão é, quando estamos numa comunidade superlotada, fica difícil a prestação dos serviços do Estado. Onde há poucas pessoas dispersas também. Na Quiçama, por exemplo, onde estive a administrar, fica difícil criar uma escola para 50 pessoas, porque há muita dispersão. Há comunidades com apenas 15 pessoas. Aqui em Luanda, no Cazenga, onde há muita gente, também se torna difícil. Então, temos de encontrar meio-termo.

E sobre a corrupção?

É um outro problema. A corrupção é um grande inimigo do ambiente de negócios. Temos corrupção e temos de ter também a coragem de dizer que hoje há um combate a esse mal.

Está a ser bem conduzido?

Se está a ser bem conduzido, vamos ver os resultados. Mas, pelo que me é dado a ver, está a ser bem combatido.

O que vê?

As pessoas que estão a ser julgadas. Até 2017, nunca vi nenhuma acção concreta de combate a esse fenómeno.

DE JURE

SEGUE PARA O PARLAMENTO

Apreciada lei sobre Apropriação Pública

ENTREVISTA. O diploma foi apreciado esta segunda-feira pelo Conselho de Ministros. Tem como objecto a apropriação, por via da nacionalização, da entrega voluntária de bens ou de declaração judicial de transferência de bens para o Estado, quer sejam móveis ou imóveis, bem como participações sociais e valores mobiliários.



Por Redacção

A Assembleia Nacional vai discutir, brevemente, a proposta de lei que estabelece o regime jurídico de Apropriação Pública.

O diploma já foi apreciado esta segunda-feira pelo Conselho de Ministros e tem como objecto a apropriação, por via da nacionalização, da entrega voluntária de bens ou de declaração judicial de transferência de bens para o Estado, quer sejam móveis ou imóveis, participações sociais,

valores imobiliários, activos financeiros ou direitos de propriedade intelectual.

Segundo o comunicado final da reunião, orientada pelo Presidente da República, a proposta, abrange outros tipos de propriedade que tenham sido objecto de sucessão legal ou voluntária de pessoas individuais e colectivas privadas, quando, por motivos excepcionais e especialmente fundamentados, tal se revele necessário para salvaguardar o interesse público.

O Conselho de Ministros apreciou igualmente a proposta de lei que altera o Código do Processo Penal angolano, diploma que visa proceder a alterações legislativas pontuais, com vista à

melhoria de alguns preceitos do quadro jurídico processual penal, de modo a tornar a justiça mais célere e garantir, de forma mais efectiva, os direitos dos arguidos e das vítimas.

Outro assunto, entretanto, que também mereceu a apreciação dos membros do Conselho de Ministros foi o pacote legislativo que visa ajustar determinados critérios e pressupostos sobre o acesso e o exercício da actividade da Comunicação Social, nos domínios da imprensa, da televisão, da actividade de radiodifusão, das sondagens e inquéritos de opinião.

A medida visa introduzir novos conceitos na dinâmica própria da actividade da Comunicação Social.

MEMORIZE

● **O Conselho de Ministros** avaliou outros diplomas. São os casos do Código do Processo Penal, bem como a proposta de actualização da Lei da Marinha Mercante, Portos e Actividades Conexas.

De modo substancial, foram apreciadas a Lei das Sondagens e Inquéritos de Opinião, bem como alterações à Lei de Imprensa, do exercício da Actividade de Televisão, Radiodifusão, o Estatuto do Jornalista e à Lei Orgânica da Entidade Reguladora da Comunicação Social Angolana (Erca).

Mas não foi tudo. No domínio dos transportes, foi igualmente apreciada a proposta de actualização da Lei da Marinha Mercante, Portos e Actividades Conexas, visando a sua conformação à nova ordem jurídica internacional.

Trata-se de um documento que permite a aplicação plena, eficaz e eficiente e a criação de premissas para alavancar a economia nacional, incentivar as exportações e o investimento directo estrangeiro e adoptar as melhores práticas internacionais, bem como reforçar os poderes de regulação, supervisão e coordenação, por parte da, Agência Marítima Nacional, entidade reguladora do sector.



APROVADOS NA ESLOVÁQUIA

O futuro chegou: carros voadores entram no mercado este ano

INOVAÇÃO. Baptizado de 'AirCar', é o primeiro carro a receber um certificado de aeronavegabilidade da Autoridade de Transporte Eslovaca após completar 70 horas de testes de voo rigorosos. Já está autorizado a ser comercializado.

Por Redacção

Depois da exibição em contos de fadas e filmes de ficção científica, chegou a vez de os carros deixarem a terra e voarem, também, na vida real. Na Eslováquia, por exemplo, foi dada a primeira licença de Aeronavegabilidade à Klein Vision, empresa responsável pelo 'carro-avião de modo duplo – AirCair', a 24 de Janeiro, depois de rigorosos testes de 70 horas.

A empresa anunciou, em comunicado, que os 'voos' de

teste, que incluíram mais de 200 descolagens e aterragens, foram compatíveis com os padrões da Agência Europeia de Segurança da Aviação (EASA).

O carro aprovado pode transformar-se numa pequena aeronave em dois minutos e 15 segundos e voar a uma altitude máxima de 18 mil pés (cerca de 5,4 quilómetros).

Anton Zajac, co-fundador da Klein Vision disse que, para dirigir o carro-avião, será necessária uma licença de piloto. A empresa espera colocar o veículo híbrido à venda dentro de 11 meses.

O 'AirCar' é movido por um motor BMW de 1,6 litros e funciona com um simples combus-

MEMORIZE

- O primeiro carro voador foi visto em filmes 'De Volta ao futuro', em 1985. Estudo da Porsche Consulting aponta que, em 2035, haverá cerca de 23 mil eVTOLs nas ruas e céus, com custo a partir de 150 mil dólares.

tível vendido em qualquer posto de abastecimento.

O carro voador tem capacidade de transportar duas pessoas, com um limite de peso combinado de 200 quilos.

A construção do protótipo levou cerca de dois anos e custou pouco menos de 2 milhões

de euros.

O piloto de testes Stefan Klein acredita, que com esta certificação, as portas estão abertas para a produção em massa de carros voadores "muito eficientes". Há mesmo quem acredite que estes meios poderão, um dia, substituir os helicópteros.

Já existem várias iniciativas de veículos eléctricos de pouso e descolagem vertical (eVTOL). É um misto de carro voador e helicóptero eléctrico que planeia revolucionar a mobilidade urbana.

Empresas como Toyota, Hyundai, Airbus e Bell já estão a investir na tecnologia, assim como várias startups pelo mundo.

(In)formalizando

PLATAFORMA DO BNI

Carteira digital 'Guita' pretende facilitar pagamentos no informal



Yuri Tykoti,
director
executivo do
Guita

A carteira digital Guita, uma plataforma detida pelo Banco de Negócios e Investimentos (BNI), pretende facilitar o pagamento de bens e serviços nos diferentes mercados através do telemóvel.

O director executivo do Guita, Yuri Tykoti, refere que a solução tecnológica permite pagamentos via código QR, referência e transferências interbancárias. Na falta de um smartphone, os usuários podem utilizar os serviços com telemóveis analógicos. A aplicação possibilita, igualmente, comprar

em todas as empresas e lojas que existem na rede da banca comercial. Para os pequenos negócios, sobretudo informais, o empreendedor tem de, primeiro, se cadastrar, contudo, o valor de transacção é condicionado. “Temos delimitações de valores para pequenos negócios, valores acima de 100 mil kwan-

zas, haverá a necessidade de o comerciante se deslocar a uma agência ou agente, preencher o formulário que autoriza transaccionar acima destes valores”, explica Yuri Tykoti, ressaltando que o Guita serve de aproximação entre clientes e serviços ou produtos, e formalização dos negócios.

Quanto à segurança, Yuri Tykoti afasta qualquer facilidade de hackers ou outra pessoa, em caso de perda do telemóvel, ter acesso à carteira digital porque é incapaz de romper o código. E detalha que está vetada a potenciais casos de branqueamento de capitais ou financiamento ao terrorismo.



DE 2019 A 2021

Catoca já disponibilizou 115 milhões kz em crédito à mulher rural

Cerca de 3.200 mulheres do meio rural beneficiaram de crédito de 115,2 milhões de kwanzas no período de 2019 a 2022, numa aliança tripartida entre o Banco Sol, a diamantífera Catoca e os governos provinciais do Moxico e das Lundas Sul e Norte.

O programa, que dispõe de um valor anual de 57,6 milhões

de kwanzas, atendeu anualmente cerca de 1.600 mulheres, com financiamento a rondar os 36 mil kwanzas para cada uma.

Africano Barros, chefe do sector de benefícios da Catoca, conta que, fruto da “boa produção” registada nos anos passados, a aliança iniciada por estes proporcionou às mulheres incentivos que as levou a

desenvolver os meios de subsistência. Dados disponibilizados no site oficial da sociedade mineira da Catoca, em 2020, a empresa facturou 615,1 milhões de dólares (cerca de 325,4 mil milhões de kwanzas) nas vendas brutas. No mesmo ano, registou lucros líquidos de 163,2 milhões USD (86,3 mil milhões de kwanzas).

Solda
do vivo



VDS

VALENTINE'S DIAMOND SHOW

19.FEV.2022

DAS 18h30 ÀS 22h | HOTEL DIAMANTE

JANTAR DE GALA | DESFILE DE JOIAS COM DIAMANTES | SHOW INTIMISTA

PARA MAIS INFORMAÇÕES

☎ 936 727 137 | 998 727 137

✉ eventosbumbarmedia@gmail.com



Parceiros



Media Partners



Opiniões

E agora pergunto eu...



Geralda Embaló
Directora-Geral
Adjunta

O Financial Times publicou uma daquelas reportagens que chega a dar inveja dos problemas dos outros.

Há muitas assim, com esse efeito ‘invejoso do mal alheio’, como quando lemos sobre as quedas de exportações portuguesas ou sobre quedas de produção industrial nos EUA que tinha sido notícia na semana anterior. Estamos tão longe de ter exportação significativa ou produção industrial capaz de nos dar de comer, que quando os outros se queixam da sua má sorte quando as estatísticas baixam, a nós só nos dá para pensarmos ‘quem nos dera ter esses problemas em vez dos bastante mais básicos que temos’. Quando os outros discutem, por exemplo, direitos dos animais, em Portugal discute-se imenso as touradas, nós aqui ainda temos muito que discutir sobre direitos humanos, que são consistentemente atropelados antes de chegarmos aos direitos dos animais... Na semana passada, uma vigília para a libertação de activistas que foram presos por altura da greve dos taxistas levou a mais detenções, inclusive de jornalistas... a inveja dos problemas dos outros deve-se à constatação de que estamos tão atrasados que o pior dos outros seria avanço para nós. Outro exemplo vindo da Metrópole e que coincide com temas da nossa actualidade refere-se às lamúrias por terras lusas quanto ao salário mínimo, por ser o 13.º mais baixo do espaço europeu com 823 euros, cerca de 485 mil kwanzas. Por aqui, o Presidente João Lourenço fez lançar manchetes festivas de aumento do salário mínimo em 50%... E não faltam perguntas... Porquê agora? Fez o anúncio como Presidente da República (e com o melhor interesse do país em mente) ou nas vestes de pr. do seu partido



(com olho nas eleições, o que justificaria a medida sendo que acontecem dentro de poucos meses)? Se o fez com olho na propaganda eleitoral, terá isso efeito positivo ou será mais um motivo de irritação para os eleitores, sendo que, para além de ter tido quatro anos para aumentar o salário sem o fazer, este aumento, na prática, é tão irrisório que não serve para cobrir a desvalorização que os salários/moeda sofreram nos últimos anos? Salário mínimo passar de pouco mais de 33 mil kwanzas para perto de 50 mil quando um quilo de fuba que alimenta famílias geralmente numerosas ronda os 400 kwanzas? É isso que serve de propaganda política eleitoral? Até da inteligência das máquinas políticas alheias dá inveja... em qualquer país normal, o governo aumentava sem alarido, aqui o ratinho é parido das mais altas montanhas e com pompa e fanfarra a acompanhar o evento.

Voltando ao texto do Financial Times, a inveja vem do ultraje que causou na semana passada uma viagem feita pela ministra das Relações Exteriores do Reino Unido à Austrália, a ministra Liz Truss, foi para a Austrália a trabalho num voo privado em vez de ir num voo comercial que seria bastante mais barato. O jornal ‘The Independent’ e a Bloomberg diziam que o custo do avião privado para os contribuintes foi de meio milhão de libras esterlinas, o equivalente a 670 mil dólares, quando, se voasse em business class em um dos voos diários para a Austrália, a digna representante pública iria poupar aos contribuintes cerca de 660 mil dólares. Na assembleia, a ministra foi confrontada com a despesa. Houve vários deputados a exigirem contas. Uma disse que, quando viaja em trabalho, voa pela EasyJet às seis da manhã, e os jornalistas questionaram a ministra, perguntando

essencialmente se considerava que gastou o dinheiro público de forma racional e se o conforto pessoal justificava a despesa com o dinheiro de todos... Inveja. Em Setembro, o PR de uma Angola com 54,3% da população em pobreza extrema aprovou, por decreto, a despesa adicional de mais de quatro milhões de dólares para uma semana de representação do país nos EUA. Sem questionamentos. Para a mesma viagem, o Presidente da Zâmbia foi em voo comercial e com uma equipa enxuta de só dois ministros para dar o exemplo e demonstrar responsabilidade com o dinheiro público. Inveja porque a nós, não só nos calhou uma presidência voadora, que, apesar de ter avião presidencial, voa frequentemente em voos privados alugados por verdadeiras fortunas, como todo o questionamento a que é sujeita uma servidora pública por causa de um gasto supérfluo no mundo desenvolvido para nós é uma miragem absoluta – lembrança do atraso. Os nossos servidores públicos não sentem qualquer necessidade de justificar publicamente despesas pagas pelo erário.

Como a inveja é um sentimento feio e inútil, vale mais olhar para soluções para os problemas que temos. E a solução para os gastos supérfluos dos nossos servidores públicos, bem como a solução para todos os problemas do nosso serviço público e os variados atropelos que comete – são instituições fortes. Instituições que cumpram regras claras e que sejam transparentes.

Na Inglaterra, há questionamentos aos servidores públicos porque as despesas com dinheiro público são do domínio público. E claro, porque os media cumprem o seu papel e dão a conhecer ao público como o dinheiro de todos é gasto, o que, mais do que criar escândalos, cria é uma cultura de responsabilização e de cidadania, em que os servidores públicos são lembrados constantemente de que servem o público e não estão acima dele, e que devem essa prestação de contas.

Com instituições fortes, são colocados a funcionar automatismos processuais que previnem e evitam desvios. Com instituições

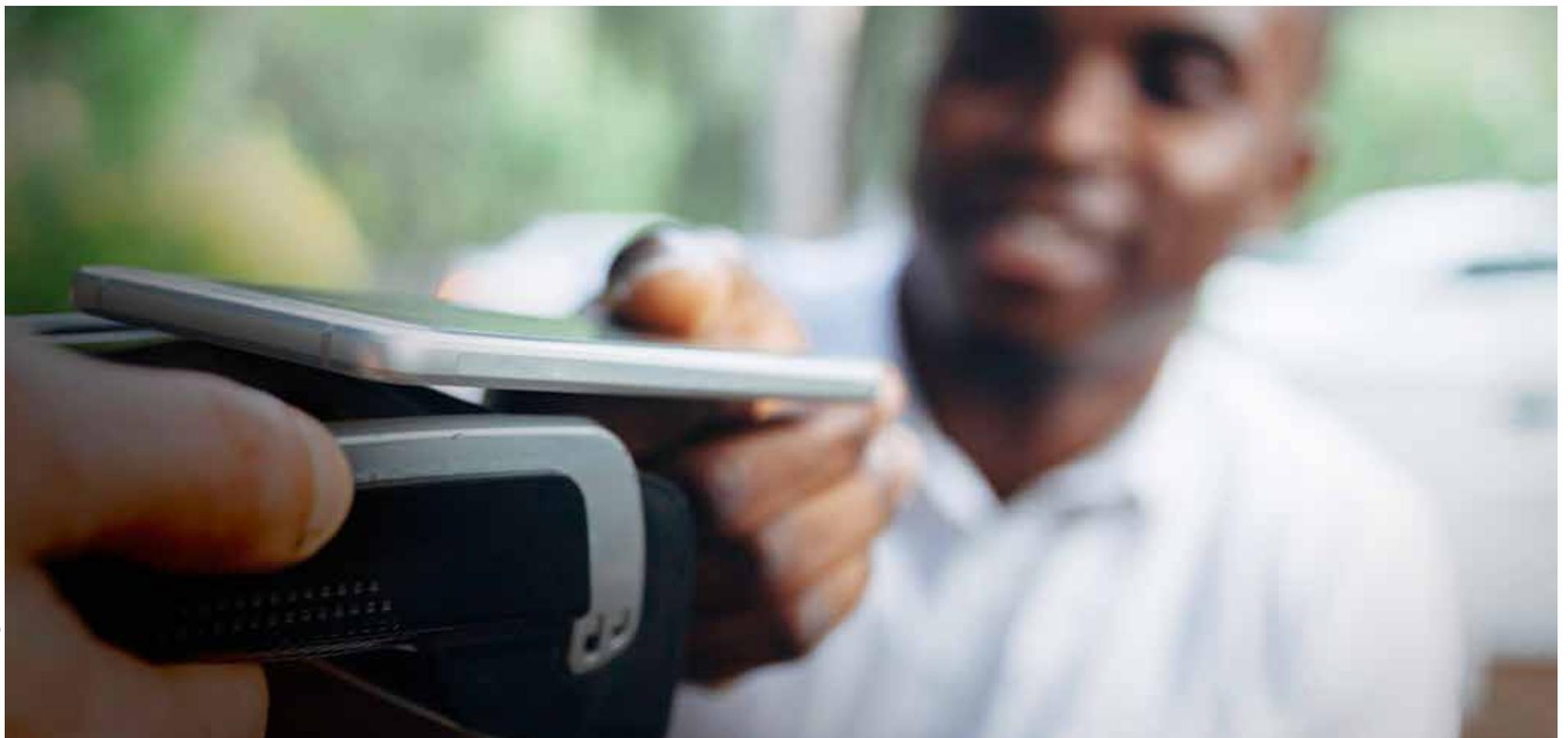
fortes, a independência institucional funciona de tal maneira que umas instituições vigiam a actuação das outras de modo a que todas tentem funcionar no seu melhor. Com uma Assembleia forte, por exemplo, os representantes do povo dão voz às diferentes preocupações das populações que representam em vez de andarem a votar em carneirada na direcção que manda quem manda. Com instituições fortes, os abusos de poder são purgados naturalmente porque as instituições se regem por códigos claros a que todos obedecem. A nossa polícia, por exemplo, não se torna mais forte por por cada cidadão que perde a vida às mãos de agentes, e na semana passada voltou a acontecer em duas províncias, vir dizer que a bala fez ricochete ou que a população estava a fazer arruaça, insinuando, de alguma forma, que alguém mereceu a morte. Pelo contrário, essas justificações enfraquecem a instituição policial porque deixam claro que a instituição não reconhece o problema que tem em mãos, da falta de valorização da vida dos cidadãos que juraram proteger pelos efectivos, e que, por não reconhecer o problema, o problema vai continuar.

O médico Silvio Dala morreu, depois de detido por não ter máscara sozinho no carro em 2020. Até agora, ninguém se pronunciou a respeito de resultados de qualquer investigação séria, sendo que a primeira reacção da polícia foi dizer que o homem caiu sozinho...

O argumento para instituições fortes é também político porque, se tivermos instituições fortes, o partido que lidera o governo, seja ele qual for, tem de se adaptar às instituições em vez de adaptar as instituições a si. Quando um partido sai do governo e é substituído por outro, a transferência ocorre com normalidade institucional porque as instituições obedecem às suas próprias lógicas e não a quem manda. E o reforço das instituições faz-se, não com medidas pontuais de acordo com interesses pessoais, mas com o futuro em mente. Se a declaração de bens, que o PR diz que é devassa da vida privada e castigo, fosse instituída, criava-se um automatismo institucional que iria prevenir que os governantes vão para o governo para enriquecer, independentemente de que partido está no poder. Instituições fortes fazem a diferença em termos redução da captura do Estado que é, sem dúvida, um dos maiores desafios ao desenvolvimento que o país enfrenta.

Tratando-se o mobile Money de uma excelente oportunidade para a inclusão financeira no país, é imperativo que seja aplicada regulamentação...

Mobile Money em Angola



Helga Piçarra,
Manager
EY, Consulting
Financial
Services

O mobile Money, é uma ferramenta relevante que surgiu através da necessidade de aumentar a inclusão financeira, permitindo o acesso aos serviços bancários de forma simplificada, nas comunidades mais desfavorecidas. O primeiro caso de sucesso, foi no Quénia em 2007 com o desenvolvimento do M-Pesa, tendo sido replicado

dentro e fora de África.

O Mobile Money, é uma carteira electrónica – que armazena fundos numa conta associada ao número de telefone do usuário. Pode-se inclusive, dar ao caso, que o número da carteira seja o número de telefone. Os usuários podem efectuar transacções variadas, tais como (i) pagamento de bens e serviços, (ii) pagamento de impostos, (iii) realizar transferências, (iv) consultar saldo e movimentos de conta, e (v) levantamento dos fundos num agente autorizado. Em mercados mais dinâmicos, já estão a ser introduzidos serviços como adesão a créditos, poupanças e seguros.

O sucesso do mobile Money em África, deve-se ao facto de não ser necessário o acesso à internet e à facilidade com que

as transacções se efectuem. As mesmas podem ser realizadas a partir do próprio telemóvel do usuário (smartphone ou telemóvel com as configurações básicas) e não exigem uma conta bancária formal. De acordo com o Relatório de 2020 da Global System for Mobile Communication Association, só no continente africano foram transacionados 490 bilhões de dólares e África Subsariana tem 159 milhões de contas activas.

Em Angola, o mobile Money já é uma realidade. Algumas Instituições têm apostado no desenvolvimento de iniciativas similares: o E-Kwanza do BAI, o E-Kumbu do Banco Sol e recentemente o Unitel Money.

Entre os principais desafios desta nova tecnologia, destaca-se (i) o papel do Regulador, no

que toca ao desenvolvimento de regulamentação adequada aos sistemas de pagamentos móveis, para uma monitorização mais eficaz deste serviço, (ii) a implementação de meios de cibersegurança, controlo de dados e controlo interno eficazes por parte das operadoras/prestadoras e (iii) a divulgação de informação adequada ao público alvo.

Tratando-se o mobile Money de uma excelente oportunidade para a inclusão financeira no país, é imperativo que seja aplicada regulamentação que permita a segurança dos dados e das transacções e sejam criadas políticas e programas dirigidos à população para que este novo conceito financeiro progrida em todo o seu potencial. sucesso necessário.

Opiniões



Alcideo José,
analista
económico

Selo fiscal e o capital de confiança: a grande oportunidade das empresas angolanas

A introdução, em Angola, do Programa do Selo Fiscal de Alta Segurança (PROSEFA) em bebidas alcoólicas, açucaradas e no tabaco e seus sucedâneos é uma oportunidade única para as empresas conquistarem consumidores e maior quota do mercado. Em todo o mundo, políticas similares mostram que o selo fiscal é muito mais benéfico para todos do que parece à primeira vista.

As medidas do foro fiscal trazem sempre receios que, muitas vezes, são como essas nuvens que passam ao largo, mas nunca se precipitam em tempestade. Para dissipar dúvidas e não dar azo a especulações, as autoridades começaram já a socializar o PROSEFA junto aos produtores e distribuidores nacionais.

A mensagem é clara: na essência, os selos fiscais deixarão saber quem é quem no mundo das bebidas alcoólicas e açucaradas e do tabaco e sucedâneos. Permitirão identificar quem segue ou não as regras do jogo, tanto na produção e distribuição, como no cumprimento das obrigações com o Estado. O PROSEFA vai depurar o mercado e a saúde dos consumidores, protegendo-os de produtos contrafeitos, adulterados ou contrabandeados que causam prejuízos enormes, além de ser uma importante ferramenta para se controlar o correto pagamento dos impostos no sector.

Apesar dos custos associados à selagem, para as empresas o PROSEFA será uma oportunidade para se afirmarem. O selo fiscal permitirá aos empresários que actuam correctamente a aumentar os lucros, cobrindo os buracos negros que o comércio ilícito hoje ocupa e que se prevê reduzir significativamente. Há quem tema o surgimento de um novo mercado paralelo para contornar o selo fiscal, mas especialis-

tas de organizações como o Banco Mundial indicam que, a existir, deverá ser marginal, tendo em conta experiências similares noutras partes do mundo, como no Botsuana. O facto é que, com a implementação dos selos, os órgãos do Estado passam a ter uma ferramenta adicional para proteger, tanto o consumidor como o produtor, pois que (i) passa a ser mais fácil para o órgão fiscalizador identificar e retirar do mercado produtos contrafeitos/não certificados e (ii) passa a ser mais fácil para o consumidor identificar e adquirir produtos certificados, na certeza de que paga o valor justo pela qualidade do produto, sem incorrer a riscos decorrentes do consumo de produtos contrafeitos e sem fomentar a existência de um mercado que coloca em causa o seu próprio bem-estar.

A oportunidade maior para os empresários, no entanto, reside num valor intangível que as marcas perseguem com todas as forças, e que não se ganha de um dia para o outro – a confiança do consumidor. Não há melhor marketing possível: um produto selado é garantia de qualidade. E a autorização do uso de um selo, físico ou digital, emitido por entidade do Estado, é garantia de que o produto em causa respeita, não apenas as leis do mercado em que é comercializado, mas acima de tudo, os requisitos mínimos de qualidade exigidas para salvaguarda do bem maior: a vida e o bem estar do consumidor.

No nosso país, as organizações do sector aplaudem medidas que reforcem vectores fundamentais do seu negócio, como a qualidade e o combate à contrafacção. Porém,

também fazem contas à vida: quanto custará ao sector esta medida e de que forma se repercutirá no bolso do consumidor? Aumentarão os preços dos produtos? As empresas perderão lucros?

Há que sublinhar que o selo fiscal não é um imposto por si só, cabendo aos empresários definir se aumentam ou não os preços de venda ao consumidor, na proporção do custo que eventualmente lhes seja acrescido por esta medida governativa. Mas mesmo assumindo que haja o risco de algum incremento no custo, este risco pode ser facilmente mitigado. O sector de bebidas e tabaco é caracterizado por fortes investimentos em marketing e divulgação para a consolidação da marca e dos produtos no mercado, com o fim último de alcançar a confiança e fidelização

do consumidor. Os selos podem bem se enquadrar neste âmbito, uma vez que vêm exactamente trazer um elemento de segurança e confiança para o consumidor, a respeito de marcas e produtos que façam parte do seu consumo diário.

Os ganhos para o agente económico e no geral para a economia angolana podem surpreender os mais cépticos. No relatório “Rebatendo Argumentos Comuns sobre Impostos nas Bebidas Açucaradas”, o Banco Mundial (BM) afirma taxativamente que “o impacto económico [negativo] dos impostos” das bebidas açucaradas, álcool e tabaco “carece de base de sustentação”. Na verdade, os estudos referidos no documento indicam exactamente o contrário. Em dezenas de países que aplicaram esta medida, “identificaram-se consistentemente impactos económicos positivos”, com “avanços a nível de emprego e produtividade”. Vistos a detalhe, os resultados não surpreendem. A diminuição do consumo de produtos nocivos, provocada pela redução da sua oferta em consequência de uma maior fiscalização desde a origem, dando ao próprio consumidor, ferramentas para melhor identificar e evitar produtos contrafeitos, elevou os níveis de saúde geral da população. A redução do consumo de produtos contrafeitos, por seu turno, deu lugar a uma maior procura por produtos certificados, fomentando o aumento da produção, causando um efeito positivo na economia (empregos e impostos).

Com ou sem pequena variação de preços, os produtos continuarão à disposição do consumidor. Com uma grande diferença: sempre que se comprar um refrigerante, maço de cigarros ou qualquer bebida alcoólica com um selo fiscal, saber-se-á que o produto é original e que não está adulterado, nem contra-bandeado.

Do ponto de vista empresarial, o selo fiscal terá que ser visto como uma oportunidade, não para incrementar lucros com pretextos desconexos, mas sim para aumentar a fidelidade dos seus clientes. Exibir um selo fiscal infundirá segurança, demonstrando aos consumidores que as marcas realmente se preocupam pela saúde e bem-estar de todos. Caberá agora às empresas saber como aproveitar este capital de confiança inestimável que o PROSEFA lhes oferece como garantia.





Jornal Valor Económico

Visite o site www.valoreconomico.co.ao

Regista-te

Sobre [Ver tudo](#)

11 343 pessoas gostam disto, incluindo 71 dos teus amigos

11 800 pessoas seguem isto

<http://www.valoreconomico.co.ao/>

936272323

Enviar mensagem

Empresa de comunicação e notícias

Fotos [Ver tudo](#)



Edição 293 Likes 323 Partilhas 48

A página do Facebook da Valor Económico esta semana alcançou cerca de 70 mil internautas sendo que a maioria das interações registadas foram comentários à capa cuja principal chamada contava que o Ministério Público requereu a desistência da acção principal contra Isabel dos Santos ainda em 2020.

Os comentários são seleccionados segundo critérios que visam reflectir a diversidade e qualidade de opiniões sobre os temas do Valor Económico. Gralhas e discussões pessoais são editadas para publicação.

Leia na íntegra em www.valoreconomico.co.ao

Facebook/Comentários



José Rui de Carvalho

Esse é o grande problema da nossa justiça, se a providência deveria ter logo sido apensada a acção principal para evitar a necessidade de extração de certidões. Depois é tanto papel que às vezes dá se entrada de um documento fica na gaveta do escrivão porque ele tem que procurar o processo no meio de 2000 a 3000 processos da letra entre audiências e atendimento ao público e despachos que o juiz da que tem que ser cumpridos através notificações etc... é o caos. Depois de encontrar o processo tem que descoser, juntar a certidão com o requerimento voltar a cozer e fazer concluso ao juiz, isso pode levar um ano judicial depois marcha inversa até que o requerente ou requerido seja notificado mais um ano judicial são 2 anos. Se calhar com um juiz complicado vai pedir para apensar a providência lá vai o escrivão de novo vai levar mais 1 ano estamos a falar já de 3 anos a tramitar sem decisão, quando bater o 4º ano vão mandar levantar a providência, de novo o escrivão a receber papeis e a juntar e cose descose mais 1 anos estamos a falar já de 5 anos. Criança em casa já está na escola a escrever o nome, mas isso é só o princípio do processo, até à decisão mais 5 anos, vai bater 10 anos até lá as empresas arrestadas foram a falência e ninguém paga, porque acção contra o Estado não funciona... vive la République



Carlos Ribeiro

Está aí, a causa do teatro na ZAPViva. Por este andar, a inexperiência jurídica em acções de género e a politização da justiça, levará o Estado angolano, a ser obrigado a indemnizar todos os marimbondos. No futuro, sejamos capazes, de responsabilizar também, os implicados nesses desastres jurídicos e politicamente influenciados até porque, está a gerar outra estirpe de marimbondos.



Wander Alexander

José Rui de Carvalho os advogados devem começar a intentar acções contra o Estado, enquanto o Estado não começar a perder dinheiro com essas atitudes não vai melhorar



Pedro Clemente

Wander Alexander mano mas processos em que o Estado não perde nada levam uma eternidade, imagine um processo destes. Só darão diferimento depois de terem a certeza que todos os possíveis beneficiários já morreram



Pedro Francis

Bué de confusão para desistir, miux



Arnaldo Ases

Desde o início já dava para ver que era um simples teatro.



Domingos Conceição Teta Dembo

Tudo já se sabia era show do Jlo para, fingir ruptura com o Eduardismo, pura diversão ideológica da velha escola comunista Russo-Cubana de triste memória, Angola quando se libertar do pensamento idolátrico do passado socialista viverá a verdadeira liberdade, só com o Mpla fora da gestão dos assuntos públicos de Angola



Regra de Ouro

A luta contra corrupção nunca existiu em Angola.



Avelino Vera

João Ventura, Adilson Torres Solundo , olhem com os vossos olhos e avaliem a injustiça se fazendo de teatro



João Ventura

Avelino, prefiro não emitir a minha opinião. Estão a bloquear contas. Fui duas vezes vítima disso por fazer um comentário e confesso que fui radical a uma situação do género. Por isso, vou continuar a engolir sapo. Meus pais são m'bora camponeses.



Kelson Caminho

Porque todos os dirigentes do mpla são gatunos



Antonio De Freitas Freitas

Qual motivo da resistência?



Cristh Guebuzah Cristo

Não tem saída né?

Para receber o VALOR todas as semanas, basta enviar o seu e-mail para 941784791 / 2

Contribua para manter o jornalismo de qualidade.

GEM Angola Global Media, Lda

Iban:
**0051 0000 7172
9933 1512 7**

Covid-19

ALERTA DA OMS

É cedo para se “declarar vitória” ao coronavírus

Depois de dois anos da declaração de emergência pública de preocupação internacional. Organização Mundial de Saúde (OMS) alertou, nesta terça-feira, ser prematuro que qualquer país “declare vitória” à pandemia, defendendo que, desde o surgimento da variante Ómicron, já foram registados mais de 90 milhões casos de SARS-CoV-2. O director-geral da OMS, Tedros Adhanom Ghebreye-

sus, afirmou, em conferência de imprensa, que a variante Ómicron foi identificada, apenas há 10 semanas, e quase 90 milhões casos de infeção foram registados pela organização, “mais do que foi reportado em todo o ano de 2020”. Alertou, no entanto, “Estamos a assistir a um aumento preocupante de mortes em muitas regiões do mundo”, e manifestou ainda preocupado com a “narrativa que está a vingar em alguns países” que, por causa das vacinas e da alta transmissibilidade e reduzida severidade da Ómicron, prevenir a transmissão

“não é mais possível ou necessário” para prevenir a transmissão do vírus.

Diz que a organização não apela a que os países regressem aos confinamentos, mas que “protejam as suas populações usando todas as ferramentas à sua disposição” para combater a pandemia. Pós, garante que a OMS está a acompanhar a evolução de várias linhagens da variante Ómicron, incluindo a BA.2. “Os países necessitam de continuar a testar, a fazer vigilância e sequenciação” do coronavírus, defendeu o director-geral da OMS.



ENTRE OS PAÍSES DA UE

Dinamarca é o primeiro a eliminar restrições

A Dinamarca deixou de considerar a covid-19 “doença socialmente crítica”, e tornou-se no primeiro país da União Europeia a eliminar a maioria das restrições destinadas a combater a pandemia.

Apesar de a variante Ómicron estar a propagar-se no país escandinavo, defendem que não está a sobrecarregar muito o sistema de saúde, e o país tem uma elevada taxa de vacinação, indicaram as autoridades.

A primeira-ministra, Mette Frederiksen, disse à rádio dinamarquesa que é demasiado cedo para saber se será necessário voltar a impor novamente restrições. “Não me atrevo a dizer que é o último adeus às restrições. Não sabemos o que acontecerá no outono, se haverá uma nova variante”, afirmou.

A Dinamarca, um país com apenas 5,8 milhões de habitantes, registou nas últimas semanas uma média de mais de 50.000 novos casos diários, ao passo que o número de pessoas hospitalizadas em unidades de cuidados intensivos (UCI) diminuiu.

Na União Europeia, os outros países estão também a aliviar as medidas de combate à pandemia: a Irlanda levantou a maioria das restrições e os Países Baixos têm atenuado o confinamento, embora os bares e restaurantes do país ainda tenham de encerrar às 22:00.



GOVERNO FINLANDÊS levanta todas as restrições ligadas à pandemia de Covid-19 a partir de terça-feira. Os viajantes deixarão de apresentar certificado de vacinação ou de recuperação ou um teste PCR negativo, como acontecia desde Dezembro.

ITÁLIA

Maiores de 50 sem vacina passam a ser multados

Na Itália, as autoridades vão começar a multar os maiores de 50 anos que não estejam vacinados contra a covid-19, a menos que tenham isenção médica ou acabado de superar a doença.

“Entrou em vigor, na segunda-feira, a medida aprovada a 7 de Janeiro, pelo governo italiano, que prevê uma sanção económica de 100 euros”, relatou o jornal transalpino ‘La Repubblica’. Caso sejam sancionados, os infractores têm um prazo de 10 dias a contar da notificação da multa para comunicar à autoridade sanitária local os certificados que comprovem a sua isenção. Deste modo, entram em vigor a partir de 15 de Fevereiro, a vacinação obrigatória de acesso ao local de trabalho para mais de 50 anos.

Os funcionários devem ter o chamado ‘super passe verde’, que pode ser obtido após concluir o processo de vacinação ou ter contraído a covid-19 nos últimos seis meses. Quem não apresentar este documento fica exposto a uma sanção económica de entre 600 e 1.500 euros e a sua ausência ao trabalho será considerada injustificada, pelo que também será suspenso do salário, embora não esteja sujeito a outros tipos de consequências disciplinares.



NOVO DECRETO SOBRE A CALAMIDADE PÚBLICA EM ANGOLA

Médico considera “heresia” continuar a barrar as praias e piscinas

O médico Matadi Daniel diz ser uma “heresia” a interdição de praias e piscinas públicas, quando o novo decreto sobre as medidas de prevenção à covid-19 autoriza a abertura de bares e discotecas.

Matadi Daniel mostra-se surpreso com as medidas que constam do último decreto. “Não consigo perceber. Uma lei que nos obriga a cumpri-la tem de ser razoável e tem de ter uma

fundamentação científica inatacável. Tendo como base isso, alguém tem de vir explicar o porquê dessas situações, se não explicar é uma autêntica heresia”, afirmou médico à Lusa.

Segundo o médico, um agente sanitário quando imprime medida de cumprimento sanitário estas “não podem ser contrárias” à saúde pública. “Alguém tem de explicar porque é que, com ambiente ensolarado, com cerca de 34 graus, não posso ir à praia dar um mergulho”.

O especialista em doenças

renais defende que a referida medida constitui um paradoxo. “Isto é incompreensível, sobretudo porque as praias são um espaço aberto, não devia haver restrições e abrem discotecas, as festas. Não consigo perceber”, comentou.

O país tem as medidas de prevenção e combate à covid-19 aligeiradas, mas mantém interdito o acesso a praias e piscinas públicas, anunciou o ministro de Estado e chefe da Casa Civil do Presidente da República.

Na actualização das medi-

das do estado de calamidade pública, que vai vigorar entre 01 e 28 de Fevereiro, Adão de Almeida, disse que as alterações são justificadas pela “evolução positiva da situação”, saindo de um período de crescimento substancial de contágio, nos meses de Dezembro e Janeiro.

Para os restaurantes e similares, o funcionamento estende-se até à meia-noite todos os dias, com ocupação de 75% da capacidade de espaço e com a permissão da actividade de recreação no interior.

DEPOIS DAS ELEIÇÕES

António Costa testa positivo e cumpre isolamento

O primeiro-ministro português, António Costa, testou positivo ao SARS-CoV-2, nesta terça-feira, num autoteste e depois num teste de antigénio, está sem sintomas e vai cumprir sete dias de isolamento.



A informação foi divulgada em comunicado pelo gabinete do primeiro-ministro no início da tarde, no qual se adianta que António Costa já deu conhecimento da sua situação ao Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa. “O primeiro-ministro efectuou hoje um autoteste de rotina à covid-19, tendo tido um resultado positivo. Esse

resultado foi já confirmado por um teste antigénio”, lê-se no comunicado.

Na qualidade de secretário-geral do PS, António Costa esteve nas últimas duas semanas em campanha eleitoral, com comícios e acções de rua com apoiantes, para as eleições legislativas deste domingo, que os socialistas venceram com maioria absoluta.

Marcas & Estilos



Aparência elegante

Perfeitamente dimensionado para viajar e ajudá-lo a chegar à cidade com os itens essenciais, cartões, notas dobradas e muito mais. Estética subtil atemporal e arquitectura mínima de um produto da Haber London, para criar uma aparência elegante e não convencional.



Peças atraentes

Se pensa em algo tão bom que merece atenção, considere o jogo de bordado de mesa da Missette. São peças atraentes para encantar os seus olhos. Os designers bordam tudo à mão.



AUTOMÓVEL

A viagem é longa

Depois de lançar a versão turismo, a Honda não demorou muito para iniciar a pré-venda do já anunciado modelo City, equipado com botão de partida do motor, keyless, ar condicionado digital e automático, espelhos retrovisores com rebatimento automático, central multimédia sensível ao toque de oito polegadas com Android Auto e Apple CarPlay sem fio, câmara de retaguarda multi-visão, sensores de estacionamento traseiros, bancos revestidos de couro e painel digital TFT de sete polegadas.

Sob o capô repousa motor de 126 cavalos ligado a uma caixa automática do tipo CVT com sete mudanças. O motor 1.5 utiliza um comando duplo de válvulas, bloco e cabeçote de alumínio e sistema de injeção directa de combustível.

AGENDA

LUANDA

ATÉ 6 DE FEVEREIRO

Decorrem as candidaturas à nova edição do Prémio de Revelação Literária UCCLA - CMLisboa - Novos Talentos, Novas Obras em Língua Portuguesa, para estimular a produção de obras literárias, em prosa ou poesia, Candidaturas em premiolitario@uccla.pt.

DE 3 A 6 DE FEVEREIRO

Decorre a 'Tour do Nacionalista, com passeios e visitas entre Luanda e Namibe. Bilhetes custam 495 mil kwanzas por pessoa e incluem transporte aéreo, estadia, refeições e passeios. Informações no 938 667 393.

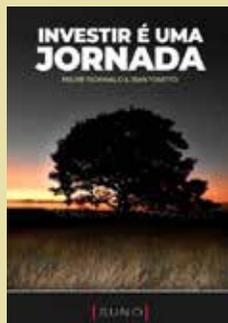
DE 7 A 9 DE FEVEREIRO

Treinamento sobre 'Educação Financeira Pessoal e Familiar', no Tchombela Psique Assessoria Terapêutica, das 18h30 às 20h00. 16.500 kwanzas. Informações no 947 152 815.

LIVROS



SUCESSO NOS ANOS 2000, a Coleção Clássicos Ilustrados está ganhando nova vida pelas mãos da Nova Fronteira. Marcando esse retorno, chega às livrarias a versão repaginada de O que é arte?, que traz a polémica visão de Leon Tolstói.



FELIPE TADEUWALD, ou simplesmente Waka, como amigos o chamam, tinha tudo para ser um fracassado: de origem humilde e sem acesso às melhores escolas, ele cresceu como muitos da sua geração.



TURISMO

Para lazer e negócios

Independentemente do plano, começar no centro histórico de Sintra com um pequeno-almoço revigorante, a antecipar um dia em pleno é sempre uma boa sugestão. O Palácio da Vila, datado de finais do século XIV, foi a estância de veraneio de muitos reis ao longo da História de Portugal.

Antes de entrar no refúgio botânico do Parque da Pena, não pode deixar de passar pelo Chalet da Condessa D'Edla e subir ao Palácio que Richard Strauss apelidou de "Castelo do Santo Graal".

O melhor do almoço pode ser encontrado nos restaurantes da vila ou fazer um piquenique no Parque dos Castanheiros, de merendas cuja entrada se encontra a meio da Volta do Duche.

Adega das Azenhas é das mais antigas, do célebre vinho de Colares. É um restaurante que lhe confere conforto e a possibilidade de apreciar a boa comida caseira. Mas é no Arribas Sintra Hotel onde a Terra e o Mar se unem. É o local ideal para descontração, lazer e negócios.

ANGOLA COMEMORA O DIA DO AMBIENTE A 31 DE JANEIRO

Governo quer aposta na educação ambiental

Angola deve apostar na educação ambiental da população, com vista a melhoria do bem-estar social das comunidades.

O apelo é do ministro da Cultura, Turismo e Ambiente e foi feito nas comemorações do Dia Nacional do Ambiente, que se assinalou ontem, segunda-feira, 31 de Janeiro.

Para Filipe Zau, é “imperioso” educar o cidadão, para tirar partido da forma mais correcta do uso do meio ambiente e dos recursos, a fim de prolongar a vida com qualidade, reiterando que “o crescimento de um país corresponde ao aumento quantitativo de bens e serviços que, por sua vez, proporcionam uma evolução estrutural resultante da transformação das proporções e das relações no sistema produtivo”.

O dirigente defendeu a educação para a solidariedade e que uma sociedade sem este princípio constitui “terreno fértil” para a emergência de conflitos sociais, em que se gastam enormes quantidades de recursos para solucionar problemas evitáveis.



Namibe, primeira província a implementar o projecto sobre educação ambiental nas escolas.

O ministro reiterou o compromisso do Governo em continuar comprometido com as acções climáticas e com a adopção de um modelo de desenvolvimento de baixo carbono, sinalizando, a propósito, os memorandos de entendimento recentemente assinados entre o Ministério da Cultura, Turismo e Ambiente e os governos provinciais do Namibe e de Luanda, para a promoção de uma economia circular, aproveitando as potencialida-

MEMORIZE

● **Ministro da Cultura, Turismo e Ambiente, Filipe Zau considera "imperioso" educar o cidadão no sentido de explorar positivamente o meio ambiente. No dia 31 comemorou-se Dia Nacional do Ambiente.**

des dos parques naturais do Iona e da Quissama.

O projecto envolve as comunidades locais na recolha de plástico para a transformação em combustível e na dessalinização da água para a agricultura familiar e o fomento de diferentes tipos de turismo.

A comemoração do Dia nacional do Ambiente decorreu no Memorial Dr. Agostinho Neto, sob o lema ‘Fortalecer as acções da natureza para o alcance dos objectivos do

desenvolvimento sustentável’, e foi igualmente marcada pela deposição de uma coroa de flores no busto do Presidente Agostinho Neto e a plantação de uma árvore.

NAMIBE DÁ O PRIMEIRO PASSO

O Namibe foi a primeira província a implementar o projecto sobre educação ambiental nas escolas. Aqui, a iniciativa é denominada ‘Ondonga’ e foi lançada esta segunda-feira, no município do Tômbua, pelo governo provincial. A ideia é que o projecto seja executado pelos sectores do Ambiente, Educação e administrações municipais, com vista à criação de eco-cidadãos, que, como esclarece o director do Gabinete Provincial da Cultura e Ambiente, Pedro Hangula, futuramente poderão ter a responsabilidade de cuidar do ambiente. “Queremos, neste projecto, incentivar os nossos estudantes e a própria sociedade a continuarem a plantar árvores e tomar conhecimento sobre a importância da separação dos resíduos sólidos e da reutilização de material de produtos reciclados”, acrescentou.

MOÇAMBIQUE

Tempestade Ana pode agravar insegurança alimentar

A Rede de Alerta Antecipado de Fome (rede Fews, sigla inglesa) alerta que a tempestade Ana deverá provocar níveis de insegurança alimentar mais graves do que o inicialmente previsto.

“Nas áreas afectadas pela tempestade tropical Ana, prevê-

-se que a insegurança alimentar seja mais grave do que estava previsto”, lê-se no relatório citado pela Lusa.

A tempestade abateu-se há uma semana sobre o norte e centro de Moçambique provocando pelo menos 20 mortos, segundo dados preliminares das autoridades locais e protecção civil, destruindo casas e muitas infra-estruturas públi-

cas, incluindo pontes vitais para levar mantimentos a povoações. Vários levantamentos ainda estão em curso.

Embora a maioria das famílias mais pobres em todo o país esteja nesta época a enfrentar riscos mínimos de falta de alimentos, nas áreas que têm sucessivamente inundadas nos últimos anos, o cenário é de ‘stress’ alimentar, nota o relatório.



NÚMEROS DA SEMANA

FÓRUM VAI DECORRER NO DUBAI A 22 DE FEVEREIRO

MIREMPET quer investidores na lapidação

3

Mil milhões de dólares Financiamento estimado pelo Banco Africano de Desenvolvimento para a área da indústria farmacêutica africana visando a produção local de vacinas.

700

Empregos directos que a Companhia de Bioenergia de Angola (Bicom) prevê criar neste ano agrícola, totalizando 3.700 directos e 34 mil indirectos.

32

Milhões USD, Investimento na construção no Viaduto da Corimba que foi inaugurado nesta terça-feira, pelo ministro de Estado para a Coordenação Económica, Manuel Nunes Júnior.

539,09

Mil milhões de kwanzas, Crédito concedido em 2021, no âmbito do Aviso n.º 10/2020 do BNA.

Angola pretende atrair potenciais investidores para o segmento de corte e lapidação de diamantes, um objectivo a alcançar por altura do 'Fórum de Investimento para o Pólo de Desenvolvimento Diamantífero de Saurimo- Dubai 2022', que acontece a 22 de Fevereiro.

O evento é organizado pelo Ministério dos Recursos Mineiros, Petróleo e Gás (Mirempet) nos Emirados Árabes Unidos (EAU). Na sua página no Facebook, o pelouro de Diamantino de Azevedo informa que o evento presencial será promovido pela Sodiam-EP, com apoio da New Jeweller International Media Group.

Pretende-se, com isso, a curto e médio prazos, aumentar a lapidação de diamantes brutos produzidos no país, do total de nove milhões de quilates por ano.

São esperados até 100 participantes presencialmente, por convite, sobretudo investidores em avaliação, corte e lapidação de diamantes, especialistas do mercado de diamantes lapidados, retalhistas de diamantes lapidados, joalheiros interessados na construção de fábricas de jóias, fornecedores de peças e equipamentos de suporte para as máquinas das fábricas de lapidação e prestadores de serviços de manutenção, interessados em investir em Saurimo, na Lunda-Sul.

O Pólo de Desenvolvimento de Saurimo foi inaugurado pelo



Presidente João Lourenço, em Agosto de 2021, havendo nele três fábricas de lapidação de diamantes, um centro de formação

em avaliação e lapidação de diamantes. Está também em curso a construção de mais três fábricas de lapidação.



Treze anos depois de já ter custado 70 milhões de dólares (cerca de 6,6 mil milhões de kwanzas ao de câmbio de 2009), a construção do estádio nacional da Tundavala volta a fazer parte das despesas do Orçamento Geral de Estado (OGE) de 2022, com um custo de construção de 4,6 mil milhões de kwanzas. Além da dotação para a construção, o orçamento contempla ainda

uma despesa de 212,5 milhões de kwanzas para a manutenção do mesmo estádio. A situação tem provocado contestação da sociedade.

Fonte do Ministério das Finanças justifica a inserção da infra-estrutura no OGE em execução com uma "falha informática" na elaboração do documento. O estádio é um dos quatro construídos para acolher os jogos da Copa Afri-

DEPOIS DE TER CUSTADO 70 MILHÕES EM 2009

“Erro informático” volta a colocar construção do estádio da Tundavala no OGE 2022

cana das Nações que decorreu em 2010, em Luanda, Benguela, Cabinda e Huíla. Os orçamentos rondaram, na altura, entre 702 e 227 milhões de dólares.

Oswaldo Lunda, director do gabinete provincial da Cultura, Turismo, Juventude e Desportos da Huíla, partilha da ideia de que o erro terá sido cometido aquando da elaboração do OGE. “Se trata de reabilitação e não de

construção como está exposto na dotação orçamental”. Tese, entretanto, contrariada pelo próprio documento ao contemplar tanto despesa para construção como para a manutenção. O responsável revela ainda que o valor programado para a reabilitação da infra-estrutura ainda não foi posto à disposição do governo provincial, que ainda não con- curso para a sua intervenção.